

GOIASPREV INVEST

CREDIT

A Revista de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Goiás

Relatório de Investimentos - Abril de 2026

Comentário da Gestão

O mês de abril de 2026 foi marcado pela continuidade de um ambiente econômico desafiador, caracterizado por elevada incerteza no cenário internacional, persistência das pressões inflacionárias e desaceleração gradual da atividade econômica. Nesse contexto, o Comitê de Política Monetária (COPOM) promoveu novo corte de 0,25 p.p. na taxa SELIC, fixando-a em 14,50% a.a., mantendo, contudo, postura cautelosa quanto à trajetória futura da política monetária, especialmente diante dos impactos econômicos associados aos conflitos geopolíticos no Oriente Médio. A inflação medida pelo IPCA registrou variação de 0,67% no mês, acumulando 4,39% em 12 meses, permanecendo dentro da banda de tolerância da meta, porém próxima ao seu limite superior.

No mercado financeiro, abril consolidou a internalização dos efeitos econômicos decorrentes da guerra entre EUA, Israel e Irã. O cenário contribuiu para a manutenção de juros reais elevados no Brasil, fator que continua favorecendo estratégias previdenciárias voltadas à alocação em títulos públicos federais indexados à inflação, especialmente para regimes com passivos de longo prazo. Ao mesmo tempo, observou-se valorização do real frente ao dólar, impulsionada pelo diferencial de juros doméstico e pela valorização das commodities exportadas pelo Brasil.

No âmbito da gestão dos investimentos, abril representou um marco importante na implementação da Política de Investimentos de 2026, especialmente pela consolidação operacional da Subcarteira de Imunização. Após a conclusão da estrutura de custódia qualificada, iniciou-se a migração gradual de recursos anteriormente aplicados em fundos de investimento de renda fixa para a aquisição direta de títulos públicos federais, com destaque para NTN-Bs vinculadas à estratégia de aderência entre ativos e passivos atuariais.

A carteira passou a apresentar participação relevante da Subcarteira de Imunização já no fechamento de abril, alcançando aproximadamente 39,69% do patrimônio, com alocação em NTN-B 2029 e NTN-B 2031. Ressalta-se, contudo, que parte dos recursos destinados à estratégia ainda se encontrava temporariamente em processo de liquidação financeira no encerramento do mês, o que significa que a composição observada em abril ainda não refletia integralmente a estrutura final pretendida pela gestão.

Mesmo diante do ambiente de volatilidade e das mudanças estruturais na composição da carteira, a estratégia adotada manteve foco na preservação do equilíbrio atuarial, na liquidez necessária ao cumprimento das obrigações previdenciárias e na construção gradual de uma carteira mais aderente às características de longo prazo do regime. Nesse contexto, a segmentação dos recursos entre as subcarteiras de Imunização, Liquidez e Estabilidade e Riscos continua permitindo maior alinhamento entre segurança, previsibilidade e busca prudencial por rentabilidade adicional.

Por fim, destaca-se que o patrimônio líquido do Fundo Previdenciário encerrou abril de 2026 em aproximadamente R\$ 883,9 milhões, refletindo tanto o ingresso de novas arrecadações quanto os resultados positivos obtidos pela carteira no período. A gestão seguirá acompanhando atentamente os desdobramentos do cenário econômico e financeiro, mantendo postura técnica, prudencial e aderente aos objetivos atuariais e à Política de Investimentos vigente.

Leonardo Lúcio Barbosa Ferreira
Diretor de Gestão de Ativos e Passivos

Antonio Francisco Craveiro Portela
Gerente de Investimentos

Sumário

Cenário Econômico-Financeiro.....	4
Boletim GINV	4
Conjuntura.....	5
Análise da Inflação.....	8
Coluna do Analista.....	11
Enquadramento.....	12
Desempenho.....	14
Rentabilidades.....	20
Análise das Instituições Financeiras.....	23
Acompanhamento de Dealers.....	23
Acompanhamento dos riscos.....	26
Análise do desempenho das Subcarteiras.....	30
Sustentabilidade - ESG.....	31
Controle das Atividades.....	32

Cenário Econômico-Financeiro

**TABELA 1 - BOLETIM GINV
ABRIL 2026**

	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Crescimento do PIB (%)	1,77	1,88	1,84	1,78	1,73	1,69
Desemprego (%)	6,74	6,90	6,32	5,75	5,40	5,00
Inflação (%)	4,86	4,14	4,07	3,62	3,31	2,94
Dólar (R\$)	5,35	5,48	5,62	5,76	5,89	6,03
SELIC-fechamento (% a.a.)	13,88	12,43	11,12	9,77	8,41	7,06
SELIC-média (% a.a.)	14,22	12,93	11,63	10,28	8,92	7,56
SELIC REAL Fechamento (% a.a.)	8,60	7,96	6,77	5,94	4,94	4,00
SELIC REAL-média (% a.a.)	8,93	8,44	7,26	6,43	5,43	4,49
META ATUARIAL (Inflação + 5,65%)	10,78	10,02	9,95	9,47	9,15	8,76



Conjuntura

Houve no mês de abril a terceira reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) do ano nos dias 28 e 29 de abril de 2026. Assim como na reunião anterior, em 17 e 18 de março de 2026, houve um corte na meta SELIC de 0,25 p.p., passando a vigorar a meta de 14,5% a.a. a partir do dia 30/04/2026. No que tange ao futuro próximo, a presente ata não sinaliza nem continuidade dos cortes nem sinalizou acomodação no atual nível da meta SELIC. Assim como na ata anterior, ressaltou-se a incerteza e a influência dos conflitos geopolíticos no Oriente Médio sobre a economia nacional e as decisões de política econômica.¹

A inflação medida pela variação mensal do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de abril foi de 0,67%, fechamento mensal mais baixo desde o início da guerra de EUA e Israel contra o Irã (28/02/2026), consideravelmente maior que 0,43% aferido no ano passado. Tal valor é atipicamente elevado para o mês de abril, podendo, no entanto, ser explicado pelos efeitos do conflito mencionado. O último abril sem nenhuma crise relacionada à conflitos internos ou internacionais em que a inflação foi igual ou superior a 0,6% foi o de 2015, quando o país vivia uma crise inflacionária advinda do esgotamento do crescimento e acúmulo de dívida/déficit público, neste mês a inflação foi de 0,71%. Em 2022 e 2023, quando o conflito russo-ucraniano ainda provocava impactos na economia global, especialmente nos mercados energéticos, de fertilizantes, alimentos (que em conjunto se relacionam basicamente com todos os mercados), a inflação do mês foi de 1,06% e 0,61%. Embora tenha impacto menor e menos generalizado, a atual Guerra dos EUA e Israel contra o Irã afeta drasticamente a oferta de petróleo e, indiretamente, os setores de transporte, fertilizantes e alimentos. O acumulado de 12 meses de abril subiu de 4,14% (março/2026) para 4,39%, valor ainda na banda da meta, mas muito próximo do teto definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de 3% ± 1,5 p.p.^{2 3}

A inflação neste mês se deu principalmente nos grupos de alimentação e bebidas e saúde e cuidados pessoais, que tiveram, respectivamente, inflação de 1,34% e 1,16%, sendo os únicos grupos que tiveram inflação superior à geral.⁴

A subida dos alimentos é explicada pelo encarecimento dos fertilizantes e pelo ingresso do período de seca no Brasil central (abril a outubro). Numa economia saudável o índice de difusão de inflação costuma gravitar em torno de 50, estando entre 40 e 60, desde dezembro de 2025, quando tal métrica atingiu o valor de 60,48, o índice está acima dessa banda. Em março de 2026 o indicador atingiu o valor de 67,37, maior valor desde dezembro de 2022 (68,97), quando o mundo vivia a crise causada pela Guerra Russo-Ucraniana. Os elevados valores de março e abril (65,25) justificam-se em parte por motivos similares ao de dezembro de 2022, perturbações causadas por conflitos internacionais (Guerra de EUA e Israel contra Irã). O núcleo da inflação medido pelo IPCA-EX1 (índice de inflação que exclui combustíveis e alguns dos bens mais voláteis do grupo de alimentação e bebidas), embora ainda acima (desde junho de 2025) da inflação realizada, está em queda desde fevereiro. O núcleo de inflação acumulado em 12 meses pelo IPCA-EX1 em abril aferiu 4,62%, valor ligeiramente maior que os 4,39% da inflação realizada. Isto indica que a volatilidade dos bens excluídos da cesta pode estar minando uma pressão inflacionária maior que a atual inflação sugere.⁵

Em abril o dólar continuou sua tendência de queda. O dólar PTAX (compra) teve queda de 4,42%, tendo aferido no fechamento de março R\$ 5,2188 e no de abril R\$ 4,988. O USD/BRL no mesmo período foi de R\$ 5,1819 para R\$ 4,9546, uma queda de 4,39%. Apesar da tênue queda da taxa básica no segundo bimestre de 2026 (de 14,9% a.a. para 14,4% a.a.)⁶ a desvalorização do dólar face à moeda doméstica pode ser explicada pelos seguintes fatores: enfraquecimento global do dólar; corte de juros nos EUA; elevação do preço do petróleo e commodities agrícolas (sendo o Brasil exportador de ambos)⁷; ingresso brando na tendência global de redução das taxas básicas de juros (elevando o diferencial brasileiro em relação ao resto do mundo); elevação da inflação dos EUA a níveis tipicamente latino-americanos (causada em grande medida pelas aventuras militares do país).

O índice DXY que mede a força do dólar contra uma cesta contendo algumas das principais moedas internacionais (a saber: euro, coroa sueca, iene, libra esterlina, dólar canadense e franco suíço).

A média do câmbio do dólar contra essas moedas em março de 1973 foi indexada na base, de tal modo, sempre que o índice está acima/abaixo de 100 isto implica que o dólar está mais forte/fraco internacionalmente que estava em março de 1973. Em abril o índice caiu 1,9% (de 99,96 para 98,06).⁸ Isso em grande medida pela inflação doméstica, pela valorização de commodities das quais os EUA são importadores (as mesmas das quais o Brasil é importador), e pela relativa estabilidade que os BRICS+ têm demonstrado nesse período de turbulência internacional, fazendo com que o dólar fosse menos visto como ativo de segurança e que riscos maiores em ambientes do referido bloco econômico fossem tolerados pelo mercado. Os temores de que o bloco lance uma moeda unificada, ainda que apenas para transações internacionais (ou que o bloco enfraqueça o dólar como moeda internacional de qualquer outra forma), junto ao fato de os EUA não estarem conseguindo salvaguardar o petrodólar (substituindo a liderança do Irã por outra que lhe seja menos hostil) também motivam especulações contra a moeda dos EUA. Outro motivador para a queda (global e doméstica) do dólar é a sustentada trajetória de queda da taxa básica de juros desde agosto de 2023 em que a banda da meta de 5,25% a.a. - 5,5% a.a., e a taxa era de 5,33% a.a., em 30/04/2026 a banda da meta era 3,5% a.a. - 3,75% a.a. e a taxa de 3,64% a.a. Tendo, desde agosto de 2023, o diferencial de juros em relação aos EUA saído de 7,82 p.p. para 10,76 p.p., aumentando drasticamente a atratividade do real face ao dólar, ultrapassando 11 p.p. em alguns momentos.⁹

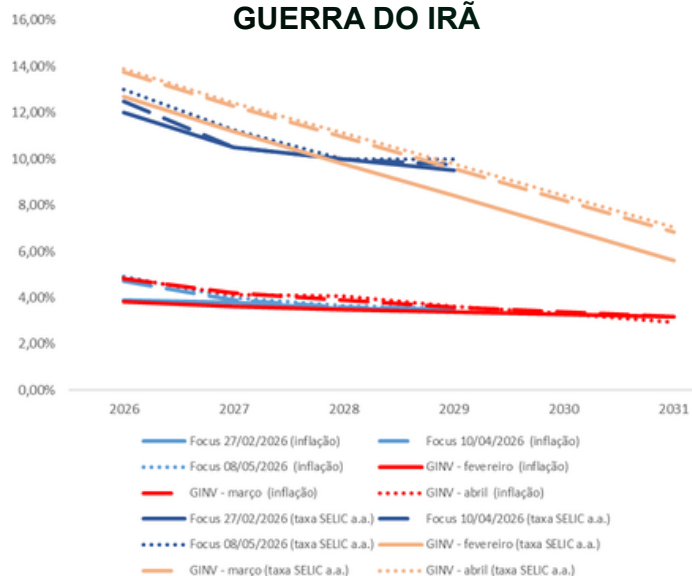
O desemprego que havia encerrado o ano de 2025 em sua mínima histórica (sob a última metodologia) de 5,1%, encerra no primeiro trimestre de 2026 em 1 p.p. acima. Indicando que o período de elevadas taxas de juros, junto ao ingresso no período de seca no Brasil central, e fim do efeito rebote da crise do coronavírus já estão constituindo pressão depressora forte. O consumo (com ajuste sazonal) das famílias vem caindo desde o segundo trimestre de 2025, em grande medida devido ao elevado custo do crédito, outro motivador é o encerramento da tendência de elevação da remuneração do trabalho.

O consumo (sazonalmente ajustado) atingiu seu máximo histórico no 2º trimestre de 2025, atingindo o valor de R\$ 233.080 milhões (a preços de 1995), caindo 0,09% no 3º trimestre e 0,03% no 4º trimestre.

O rendimento real mensal do trabalho principal vinha em crescimento acelerado (comparando com mesmo mês do ano anterior) desde outubro de 2025, quando tal crescimento era de apenas 3,3%, em janeiro de 2026 este atingiu 4,5%, desacelerando nos meses seguintes para 3,9% (fevereiro) e 4,16% (março).¹⁰ O PIB trimestral sazonalmente ajustado também desacelerou drasticamente, tendo crescido 1,48% no 1º trimestre de 2026, e 0,3%, 0,02% e 0,15% nos trimestres seguintes. Tudo isso indica um contexto de desaceleração econômica.¹¹

O mês de abril consolida a internalização, pelos mercados, dos desdobramentos econômicos associados à Guerra de Israel e EUA contra o Irã, iniciada no final de fevereiro. Diferentemente de março, quando predominou o choque inicial de preços — especialmente no mercado de petróleo — abril caracteriza-se pela difusão gradual dos efeitos do conflito sobre os preços domésticos, a política monetária e as condições financeiras globais. Essa acomodação pode ser verificada por meio do Gráfico C1, em que consta a perspectiva de inflação do Boletim Focus (que compila as expectativas do mercado) e da GINV/GOIASPREV, de fevereiro (quando iniciou a Guerra de Israel e EUA contra Irã) a abril.

GRÁFICO C1 - TREJETÓRIA DA INFLAÇÃO E TAXA SELIC PREJETADAS ANTES E APÓS A GUERRA DO IRÃ



Nota-se que a revisão das projeções de inflação de março para abril, tanto para a GINV/GOIASPREV quanto para o mercado, foram muito menores que de fevereiro para março, indicando que os eventos pertinentes à guerra já foram acomodados. Para taxa SELIC, no entanto, nota-se que o mercado revisou fortemente a expectativa da trajetória para cima, diminuindo drasticamente os cortes iniciais, já a GINV/GOIASPREV fez uma revisão mínima, tendo feito uma revisão maior de fevereiro para março. Para a inflação, ambos as últimas projeções indicam inflação superior a 4% em 2026 e 2027 (GINV/GOIASPREV ainda em 2028, também).

A elevação da inflação acumulada em 12 meses para patamar próximo ao teto da banda da meta reforça a leitura de que o processo desinflacionário tornou-se mais lento e sujeito a interrupções. Embora o núcleo da inflação apresente trajetória de desaceleração desde fevereiro, seu nível ainda superior ao índice cheio indica que a volatilidade dos componentes mais sensíveis a choques externos pode estar mascarando pressões inflacionárias subjacentes. Nesse contexto, a política monetária tende a permanecer cautelosa, como sinalizado pelo Comitê de Política Monetária, que evitou indicar tanto a continuidade automática do ciclo de cortes quanto a acomodação definitiva da taxa básica no patamar atual.

Projeta-se, portanto, que a trajetória da taxa SELIC no horizonte relevante será marcada por reduções graduais e condicionais, dependentes da consolidação do processo desinflacionário e da dissipação dos choques externos. O que pode estender o tempo em que o diferencial de juros favorável ao Brasil tende a ser preservado, sustentando a atratividade relativa do real, minimizando a tendência estrutural de desvalorização do real face ao dólar. Soma-se a isso a continuidade do enfraquecimento global do dólar, refletida na queda do índice DXY, combinada ao elevado diferencial de juros e à valorização das commodities exportadas pelo Brasil, sugerindo a manutenção de um viés de apreciação do real no curto prazo. Ainda que movimentos especulativos e episódios de aversão ao risco possam gerar volatilidade pontual, o cenário base indica que o dólar deverá permanecer em patamar inferior ao observado no final de 2025, especialmente enquanto persistirem dúvidas quanto à sustentabilidade do papel do dólar como ativo de segurança em um ambiente de crescente fragmentação geopolítica.

No âmbito da atividade econômica, os dados de mercado de trabalho e consumo apontam para a continuidade do processo de desaceleração iniciado no segundo trimestre de 2025. O aumento do desemprego a partir de sua mínima histórica, a perda de fôlego do rendimento real do trabalho e a retração do consumo das famílias indicam que os efeitos defasados da política monetária restritiva começam a se manifestar de forma mais clara. Esse menor dinamismo junto ao mais lento descenso da taxa básica de juros pode penalizar a renda variável.

Projeta-se, assim, um ambiente de crescimento econômico moderado e/ou declinante, com expansão do PIB abaixo do potencial e geração de empregos limitada. A economia brasileira parece transitar de uma fase de recuperação pós-pandemia para um regime de baixo dinamismo estrutural, no qual restrições fiscais, baixa produtividade e incertezas externas limitam a capacidade de aceleração sustentada da atividade.

¹ BANCO CENTRAL: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascomopm>

² IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>

³ BANCO CENTRAL:

<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>

⁴ IBGE: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/46648-em-abril-ipca-fica-em-0-](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/46648-em-abril-ipca-fica-em-0-67#:~:text=No%20ano%2C%20o%20IPCA%20acumula,sido%20de%200%2C43%25.)

[67#:~:text=No%20ano%2C%20o%20IPCA%20acumula,sido%20de%200%2C43%25.](https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries)

⁵ BANCO CENTRAL:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

⁶ IPEADATA: <https://ipeadata.gov.br/Default.aspx>

⁷ BANCO MUNDIAL:

<https://thedocs.worldbank.org/en/doc/74e8be41ceb20fa0da750cda2f6b9e4e-0050012026/related/CMO-Pink-Sheet-May-2026.pdf>

⁸ INVESTING: <https://br.investing.com/indices/usdollar-historical-data?cid=1224074>

⁹ FED OF New York: <https://www.newyorkfed.org/markets/reference-rates/effr>

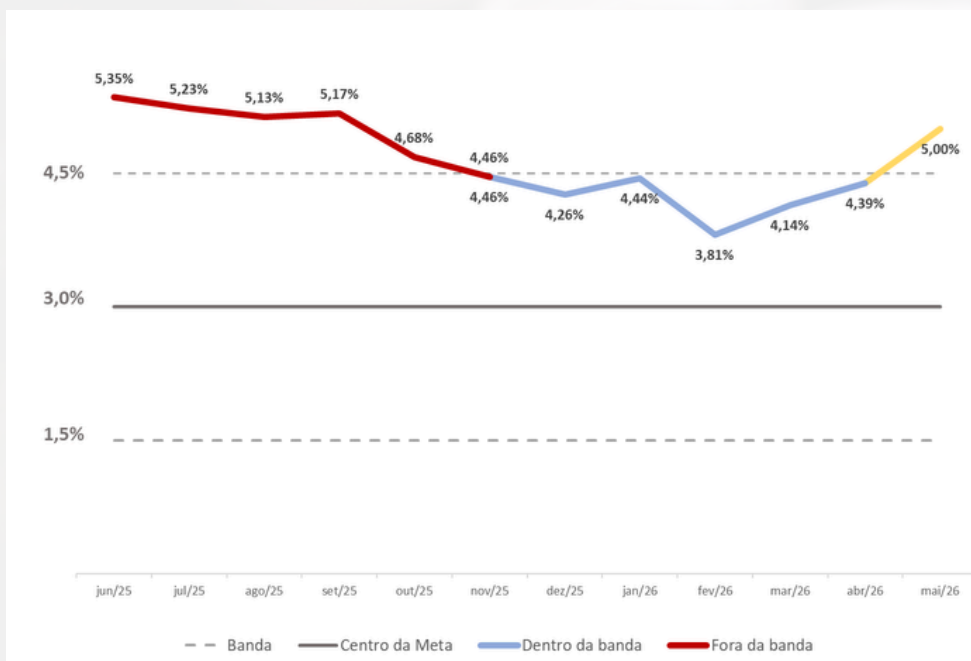
¹⁰ IPEADATA: <https://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=1347352654>

¹¹ IBGE:

<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6613#/n1/all/v/all/p/all/c11255/90687,90691,90696,90705,90707,93404,93405,93406,93407,93408/d/v9319%20//v+t,c11255,p/resultado>

Análise da Inflação

GRÁFICO 1 - COMPORTAMENTO DA INFLAÇÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES



O gráfico 1 apresentado evidencia a trajetória da inflação acumulada em 12 meses ao longo do período analisado, destacando um movimento gradual de desaceleração após níveis inicialmente elevados. Nos primeiros meses, observa-se que a inflação permanece acima do limite superior da banda de tolerância da meta, indicando um cenário ainda marcado por pressões inflacionárias e desvio em relação ao objetivo estabelecido pela política monetária.

À medida que o tempo avança, a série passa a apresentar reduções sucessivas, revelando um processo contínuo de arrefecimento inflacionário. Esse movimento descendente ocorre de forma relativamente estável, refletindo a atuação de uma política monetária mais restritiva, cujo objetivo é conter o ritmo de crescimento dos preços e promover a convergência da inflação para patamares mais compatíveis com a meta.

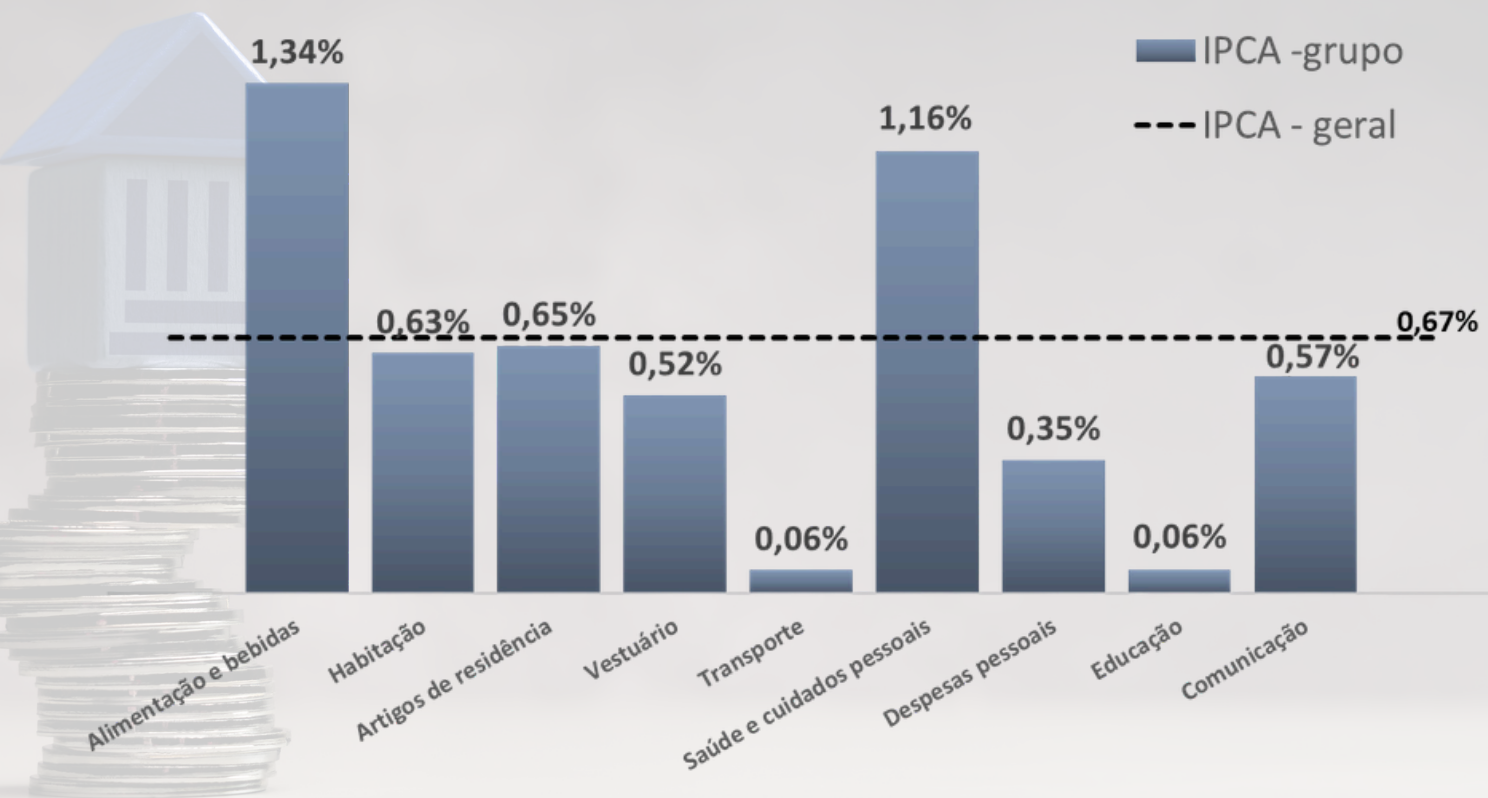
Um ponto relevante do gráfico é o momento em que a inflação acumulada deixa de ultrapassar o limite superior da banda e passa a situar-se dentro do intervalo de tolerância. A mudança de coloração

da linha reforça visualmente essa transição, indicando a passagem de um período de inflação fora da banda para um cenário em que os resultados passam a se alinhar aos parâmetros estabelecidos pelo regime de metas (novembro de 2025).

Nos períodos subsequentes, a inflação permanece dentro da banda de tolerância, ainda que com oscilações dentro desse intervalo. Esse comportamento sugere um processo de estabilização, no qual as pressões inflacionárias parecem estar mais controladas, refletindo a efetividade do conjunto de medidas adotadas pela política monetária. Desde fevereiro de 2026, a reta vem assumindo um comportamento crescente. Esse comportamento é embasado pelos constantes conflitos internacionais com reflexos, principalmente, no petróleo, câmbio e bolsas.

Assim, o gráfico evidencia um processo de convergência gradual da inflação em direção ao intervalo compatível com a meta, indicando que, após um período de maior desvio, o comportamento dos preços passa a demonstrar maior aderência aos objetivos estabelecidos pelas autoridades monetárias.

GRÁFICO 2 - IPCA POR GRUPO DE PREÇOS



O gráfico referente à inflação por grupos no mês de abril de 2026 evidencia a contribuição heterogênea dos diferentes componentes do índice geral de preços ao consumidor (IPCA), que registrou variação de 0,67% no período. Observa-se que alguns grupos apresentaram variações significativamente acima da média, exercendo maior pressão inflacionária, enquanto outros registraram variações mais moderadas ou praticamente estáveis.

Destacam-se, entre os grupos com maior elevação, Alimentação e Bebidas (1,34%) e Saúde e Cuidados Pessoais (1,16%), ambos com variações bastante superiores ao IPCA geral. O primeiro grupo é bastante sensível a choques de oferta e demanda, impactando diretamente o custo de vida da população, sobretudo das famílias de menor renda, que possuem maior comprometimento do orçamento com alimentação. Já no grupo Saúde e Cuidados Pessoais o aumento se dá principalmente por reajustes autorizados de medicamentos, alta nos produtos de higiene e a escalada nos custos dos planos de saúde.

Os demais grupos indicam uma pressão inflacionária moderada, contribuindo para o índice, mas sem protagonismo no movimento inflacionário do período. Por outro lado, os grupos Transporte (0,06%) e Educação (0,06%) apresentaram variações mais contidas, ajudando a suavizar o índice geral. O grupo Educação, praticamente estável no mês, o que pode estar associado à ausência de reajustes relevantes no período, uma vez que esse grupo costuma apresentar variações mais expressivas em meses específicos do ano.

Dessa forma, a análise do gráfico demonstra que a inflação de abril de 2026 foi fortemente influenciada por choques concentrados em grupos específicos, especialmente alimentação e saúde, enquanto os demais grupos apresentaram comportamento mais estável. Essa composição reforça a importância de uma análise desagregada do índice, permitindo identificar os principais vetores de pressão inflacionária e compreender melhor seus impactos sobre o poder de compra da população.

GRÁFICO 3 - IPCA ACUMULADO EM 12 MESES VS. NÚCLEO DA INFLAÇÃO

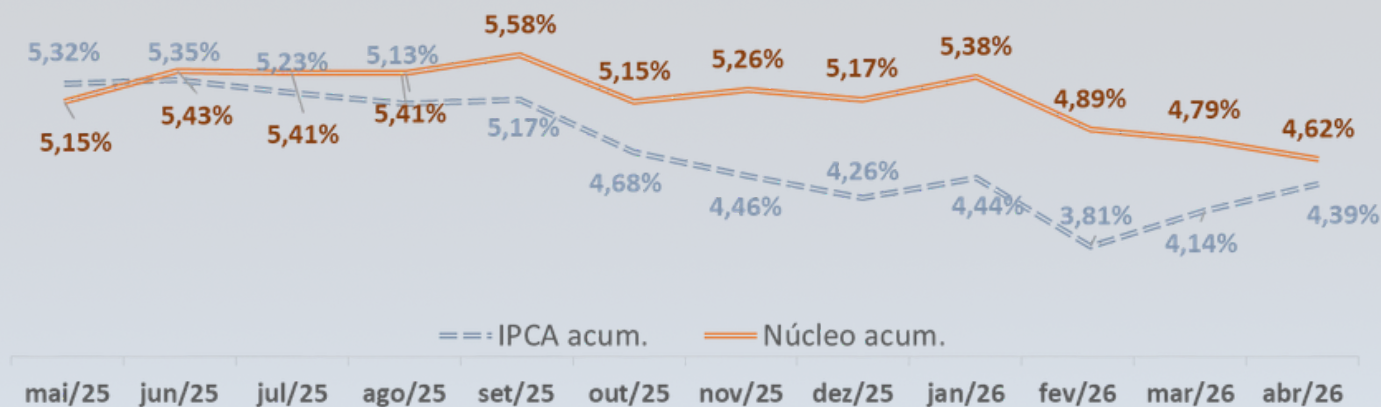
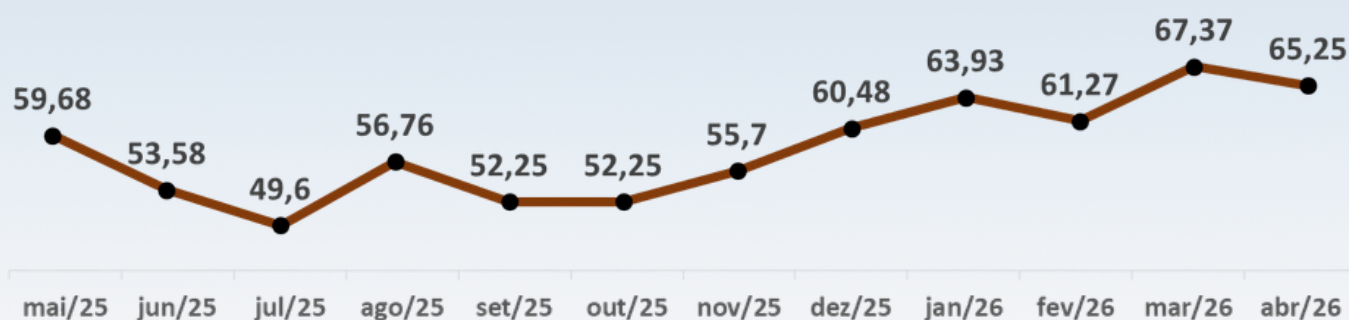


GRÁFICO 4 - DIFUSÃO DA INFLAÇÃO (%)



No Gráfico 3, observa-se que o IPCA acumulado em 12 meses apresenta trajetória gradual de desaceleração ao longo do período analisado, iniciando em 5,32% em mai/25 e encerrando em 4,39% em abr/26. Esse movimento indica uma perda de força da inflação cheia, refletindo a redução das pressões inflacionárias mais amplas da economia. A queda se intensifica principalmente entre set/25 e fev/26, quando o indicador passa de 5,17% para 3,81%, demonstrando um ambiente de inflação mais controlada.

Por outro lado, o núcleo da inflação acumulado permanece em níveis mais elevados durante praticamente todo o período, variando entre 5,58% em set/25 e 4,62% em abr/26. Diferentemente do IPCA cheio, o núcleo apresenta maior resistência à desaceleração, indicando que os componentes mais persistentes da inflação continuam pressionados. Esse comportamento sugere que, apesar da melhora do índice geral, ainda existem pressões inflacionárias disseminadas em itens menos voláteis da economia, especialmente no setor de serviços.

No Gráfico 4, a difusão da inflação evidencia inicialmente um movimento de redução do espalhamento das altas de preços entre os itens que compõem o índice. O indicador sai de 59,68% em mai/25 e atinge o menor nível em jul/25, com 49,6%, sinalizando que menos produtos e serviços estavam apresentando aumentos de preços naquele momento. Esse comportamento reforça a percepção de desaceleração inflacionária observada no IPCA acumulado.

Entretanto, a partir de ago/25 ocorre uma reversão dessa tendência, com a difusão voltando a crescer gradualmente até alcançar 67,37% em mar/26, encerrando o período em 65,25% em abr/26. Esse avanço indica que a inflação voltou a se disseminar de forma mais ampla entre os diversos grupos de produtos e serviços da economia. Assim, mesmo com a redução do IPCA acumulado, o aumento da difusão sugere que as pressões inflacionárias permanecem relativamente espalhadas, o que exige atenção quanto à dinâmica futura da inflação.

Crédito Consignado como alternativa de investimento em RPPSs

Por Wanessa Bastos de O. Carvalho



O crédito consignado tem se consolidado como uma alternativa relevante de investimento para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), especialmente em cenários de redução das taxas de juros da economia. Essa modalidade consiste na concessão de empréstimos com desconto das parcelas diretamente na folha de pagamento do servidor público, aposentado ou pensionista, característica que reduz significativamente o risco de inadimplência e proporciona maior previsibilidade de fluxo financeiro ao regime previdenciário.

Para que essa operação seja financeiramente vantajosa ao RPPS, é fundamental que a taxa de juros cobrada nas operações de crédito consignado esteja acima da curva de juros de mercado, representada pela taxa livre de risco. Isso ocorre porque o RPPS assume riscos operacionais, administrativos e financeiros que precisam ser devidamente remunerados. Caso a rentabilidade do consignado fique abaixo ou muito próxima da taxa livre de risco, o regime estaria assumindo riscos adicionais sem a devida compensação financeira, comprometendo a eficiência da carteira de investimentos.

Além disso, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 5.272, a taxa de juros praticada deve ser suficiente para cobrir diversos componentes associados à operação. Entre eles estão as taxas de administração das operações, os custos relacionados aos fundos garantidores ou mecanismos de cobertura de oscilações de risco, além de um adicional de risco destinado a suportar eventos extraordinários, como aumento inesperado da inadimplência, falhas operacionais ou alterações econômicas relevantes.

Dessa forma, a precificação adequada do crédito consignado é essencial para preservar o equilíbrio atuarial e financeiro do RPPS.

Outro ponto importante é que o crédito consignado pode se tornar ainda mais atrativo em períodos de queda da taxa básica de juros. Em cenários de redução da Selic, os títulos públicos e demais ativos de renda fixa tendem a apresentar menor rentabilidade futura, reduzindo a capacidade do RPPS de atingir sua meta atuarial. Nesse contexto, o consignado surge como alternativa capaz de oferecer retornos superiores aos ativos tradicionais de baixo risco.

Adicionalmente, essa modalidade contribui para a diversificação da carteira de investimentos com baixo risco, reduzindo a dependência de títulos públicos federais e de fundos de investimentos referenciados ao DI, e ampliando as possibilidades de geração de retorno de longo prazo ao regime previdenciário.

*Wanessa Bastos de
Oliveira Carvalho*

Bacharel em Estatística pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Tecnóloga em Gestão Pública pela Faculdade Unyleya. Assessora em Investimentos nomeada para a Goiás Previdência.

Enquadramento

TABELA 2 - LIMITE DE ALOCAÇÃO SEGUNDO A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. 5.272/25	Alvo
Subcarteira Imunização	0%	70%		60,00%
Art. 7, II e III	0%	70%	100%	
Subcarteira de Liquidez e Estabilidade	0%	40%		38,22%
Art. 7, II e III	0%	100%	100%	
Art. 7, I	0%	100%	100%	
Art. 7, V	0%	60%	80%	
Subcarteira de Riscos	0%	10%		1,78%
Art 8º	0%	70%	50%	
Art 9º	0%	30%	10%	
Art 10º, I	0%	30%	15%	

A Tabela 2 apresenta a estrutura de limites estabelecida na Política de Investimentos de 2026, organizando os recursos da carteira em três grandes subcarteiras: Imunização, Liquidez e Estabilidade, e Riscos. Para cada bloco foram definidos limites inferiores e superiores de alocação, bem como percentuais-alvo, em conformidade com os parâmetros e restrições previstos na Resolução vigente.

A Subcarteira de Imunização possui limite máximo de 70% e alocação-alvo de 60%, refletindo a estratégia de proteção atuarial do RPPS por meio da concentração em ativos aderentes ao passivo previdenciário. Essa estrutura busca proporcionar maior previsibilidade dos fluxos financeiros e alinhamento entre ativos e obrigações futuras do plano.

A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, limitada a 40% do patrimônio, tem como finalidade garantir disponibilidade de recursos para cobertura das obrigações de curto e médio prazo, além de contribuir

para a manutenção da solvência e da estabilidade financeira da carteira. Sua composição contempla ativos com maior liquidez e menor volatilidade, favorecendo a gestão eficiente do fluxo de caixa previdenciário.

Por sua vez, a Subcarteira de Riscos, limitada a até 10% da carteira total, é destinada à alocação de recursos provenientes da rentabilidade excedente à meta atuarial obtida em períodos anteriores. Essa subcarteira concentra investimentos com maior potencial de retorno, porém associados a níveis mais elevados de volatilidade e risco de mercado, observando sempre os limites prudenciais definidos na política.

Dessa forma, a estrutura apresentada busca equilibrar segurança, liquidez e rentabilidade, permitindo que a carteira atenda simultaneamente aos objetivos atuariais, às necessidades de fluxo financeiro e às estratégias de geração de valor no longo prazo.

**TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO POR ENQUADRAMENTO LEGAL
(RES. CMN 5272/2025)**

DISPOSIÇÃO LEGAL	DESCRIÇÃO	LIMITE LEGAL	POSIÇÃO EM 30/04/2026
Art. 7º inciso I	Cotas de classes de fundos "Renda Fixa" (ETF), negociáveis em bolsa de valores aplicados exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional, ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos.	100,00%	44,00%
Art. 7º inciso II	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, adquiridos em oferta primária ou em plataformas de negociação eletrônica.	100,00%	39,69%
Art. 7º inciso III	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Selic, adquiridos por intermediação de instituição financeira	100,00%	-
Art. 7º inciso IV	Operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Selic	5,00%	-
Art. 7º inciso V	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa", constituídas em regime aberto, e cotas de classes de ETF de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, ambos sem o sufixo "Crédito Privado"	80,00%	15,42%
Art. 7º inciso VI	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias	20,00%	-
Art. 7º inciso VII	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa" e denominadas com o sufixo "Crédito Privado"	20,00%	-
Art. 7º inciso VIII	Cotas de classes de fundos de investimento	20,00%	-
Art. 7º inciso IX	Cotas de subclasses sênior de fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC	20,00%	-
Art. 8º	Renda variável	50,00%	0,89%
Art. 9º	Investimento no exterior	10,00%	-
Art. 10º	Investimento estruturado	20,00%	-
Art. 11º	Fundos imobiliários	20,00%	-

A Tabela 3, em síntese, evidencia os limites normativos alinhados à regulamentação vigente na Resolução CMN nº 5.272/2025 e materializa-se em uma carteira predominantemente composta por ativos de renda fixa, com baixa exposição a segmentos de maior risco. Ressalta-se que o nível de Pró-Gestão é um fator determinante no acesso aos incisos da Resolução.

Contudo, a GOIASPREV, que possui o nível máximo de Pró-Gestão, tem acesso a todos os tipos de ativos descritos na norma legal, desde que permitido em sua Política de Investimentos. Em suma, os dados indicam pleno enquadramento às normas legais estabelecidas.

Desempenho

A composição atual da carteira reflete, em grande medida, o posicionamento definido pela Política de Investimentos de 2025, que prioriza a liquidez e a alocação em renda fixa atrelada a títulos públicos por meio de fundos de investimento.

A transição para a nova estrutura de alocação foi iniciada em março de 2026, após a conclusão do processo de custódia, etapa necessária para viabilizar a implementação da estratégia prevista na política vigente.

Com a finalização do processo de custódia, parte significativa dos recursos anteriormente aplicados em fundos de investimento de renda fixa está sendo gradualmente direcionada para a aquisição direta de títulos públicos federais, marcados a mercado pela curva, no âmbito da Subcarteira de Imunização.

Essa mudança permite maior aderência entre os fluxos dos ativos e as obrigações atuariais do regime.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO MARÇO	%	SALDO ABRIL
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE		99,19%	R\$845.671.740,28	59,42%	R\$465.803.606,64
CAIXA BRASIL TP FI RF LP	05.164.356/0001-84	4,39%	R\$37.416.317,40	5,02%	R\$39.390.579,62
CAIXA ALIANCA TP FI RF	05.164.358/0001-73	6,85%	R\$58.415.522,23	4,33%	R\$33.921.810,56
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	10.740.670/0001-06	19,29%	R\$164.467.503,90	7,13%	R\$55.885.240,30
BB RF REF DI TIT PUB FI LP	11.046.645/0001-81	1,51%	R\$12.866.764,55	1,66%	R\$13.005.923,22
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF LP	11.060.913/0001-10		-	2,61%	R\$20.493.538,17
CAIXA TOPAZIO FIF RF REF DI LP	11.061.230/0001-87	3,81%	R\$32.503.833,99	4,19%	R\$32.855.353,10
BB PREV RF IRF-M1 TP	11.328.882/0001-35	15,58%	R\$132.819.025,18	4,35%	R\$34.136.997,13
CAIXA GESTÃO ESTRATÉGICA	23.215.097/0001-55	1,44%	R\$12.300.287,28	1,59%	R\$12.452.769,71
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M 1+	32.161.826/0001-29	2,98%	R\$25.413.472,26	3,29%	R\$25.752.722,33
BTG TESOIRO SELIC SIMPLES	37.927.707/0001-58		-	7,74%	R\$60.708.915,65
BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	46.134.096/0001-81	1,44%	R\$12.261.209,62	1,58%	R\$12.409.866,64
BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	46.134.117/0001-69	0,45%	R\$3.811.862,62	0,49%	R\$3.860.827,20
LTN-01042027	BRSTNCLTN8I0	0,01%	R\$43.995,42	0,01%	R\$44.405,90
CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	03.737.206/0001-97	18,05%	R\$153.860.887,48	1,24%	R\$9.726.492,10
BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	13.077.415/0001-05	0,04%	R\$357.668,13	0,05%	R\$361.267,51
BB PREV RF PERFIL FIC FI	13.077.418/0001-49	12,17%	R\$103.748.310,49	13,38%	R\$104.873.729,52
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	23.215.008/0001-70	11,19%	R\$95.385.079,73	0,76%	R\$5.923.167,98

	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO MARÇO	%	SALDO ABRIL
SUBCARTEIRA DE RISCOS					
		0,81%	R\$6.920.583,62	0,89%	R\$6.960.330,28
BB ACOES GOVERNANCA	10.418.335/0001-88	0,42%	R\$3.608.324,93	0,46%	R\$3.606.666,30
CAIXA BRASIL ACOES LIVRE	30.068.169/0001-44	0,27%	R\$2.330.054,35	0,30%	R\$2.313.499,18
CAIXA FIA ELETROBRAS	45.443.475/0001-90	0,12%	R\$982.204,34	0,13%	R\$1.040.164,80
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO					
		-	-	39,69%	R\$311.139.798,70
NTNB-15052029	BRSTNCNTB716	-	-	20,46%	R\$160.358.067,30
NTNB-15052031	BRSTNCNTB7X3	-	-	19,23%	R\$150.781.731,40
CONTAS CORRENTES					
		0,00%	R\$2.132,88	11,31%	R\$100.000.000,00
BANCO DO BRASIL		-	-	11,31%	R\$100.000.000,00
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	-	-	-	-
BTG PACTUAL		0,00%	R\$2.132,88	-	-
TOTAL DA CARTEIRA					
		100%	R\$852.594.456,78	100,00%	R\$883.903.735,61

A comparação entre março e abril evidencia uma mudança estrutural relevante na composição da carteira, motivada principalmente pelo início da operação da subcarteira de imunização. Em março, praticamente a totalidade dos recursos estava concentrada na subcarteira de liquidez e estabilidade (99,19%), enquanto a subcarteira de riscos tinha participação residual (0,81%) e não havia alocação em imunização. Já em abril, observa-se uma redução significativa da liquidez e estabilidade (59,42%) e um aumento expressivo na subcarteira de imunização (39,69%), além da subcarteira de risco, que permaneceu quase estável com 0,89% da carteira no fechamento do mês.

Essa mudança decorre da estratégia de aquisição direta de títulos públicos por meio de leilões do Tesouro Nacional, com o objetivo de alinhar os ativos às obrigações do passivo. Apesar de sub-carteira de imunização aparecer com

participação relevante no fechamento de abril, isso reflete integralmente a estratégia já implementada, pois parte dos recursos destinados a essa operação ainda não havia sido liquidada até o dia 30/04/2026.

Especificamente, havia aproximadamente R\$ 160 milhões alocados de forma temporária, sendo R\$ 100 milhões em conta corrente no Banco do Brasil e R\$ 60 milhões aplicados em fundo do BTG. Esses valores estavam reservados para a liquidação de compras de títulos públicos realizadas, cuja efetivação financeira ocorreu apenas em 06/05/2026. Portanto, a fotografia de abril ainda apresenta um efeito transitório, com recursos momentaneamente fora da alocação final pretendida. Após a liquidação, espera-se uma recomposição mais fiel da estratégia, com aumento da subcarteira de imunização e redução dessas posições temporárias em caixa e fundos de apoio.

O Gráfico 5 apresenta a concentração dos investimentos no Fundo Previdenciário, evidenciando a participação relativa de cada ativo na composição da carteira. Observa-se que uma parcela significativa dos recursos está concentrada em títulos públicos federais, enquanto os demais apresentam participações menores e mais diluídas. De modo geral, a distribuição indica predominância de investimentos em fundos de investimento em renda fixa, com menor participação de ativos de maior risco, refletindo uma estratégia voltada à estabilidade, liquidez e diversificação da carteira.

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS E TÍTULOS NO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

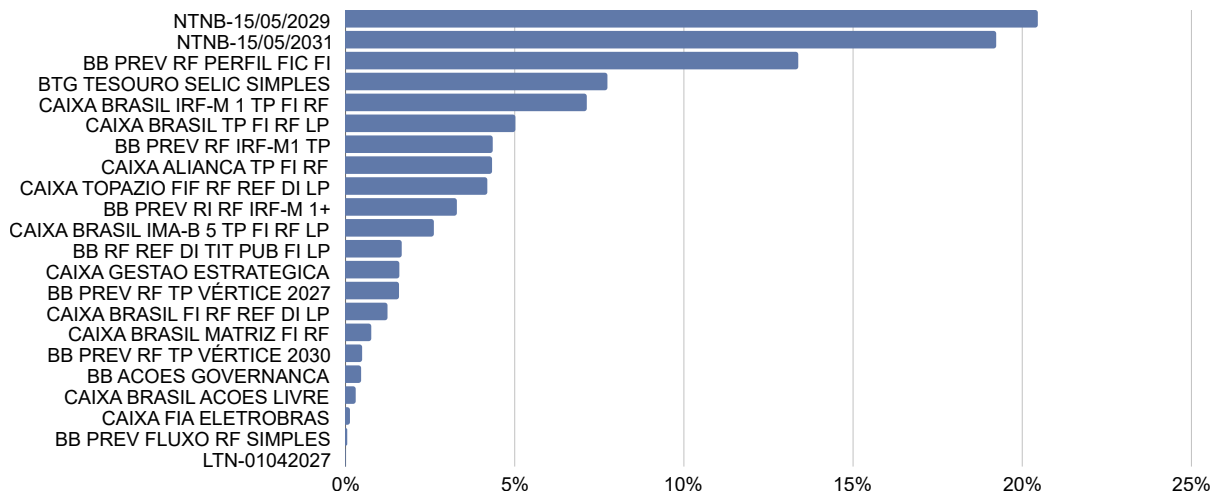
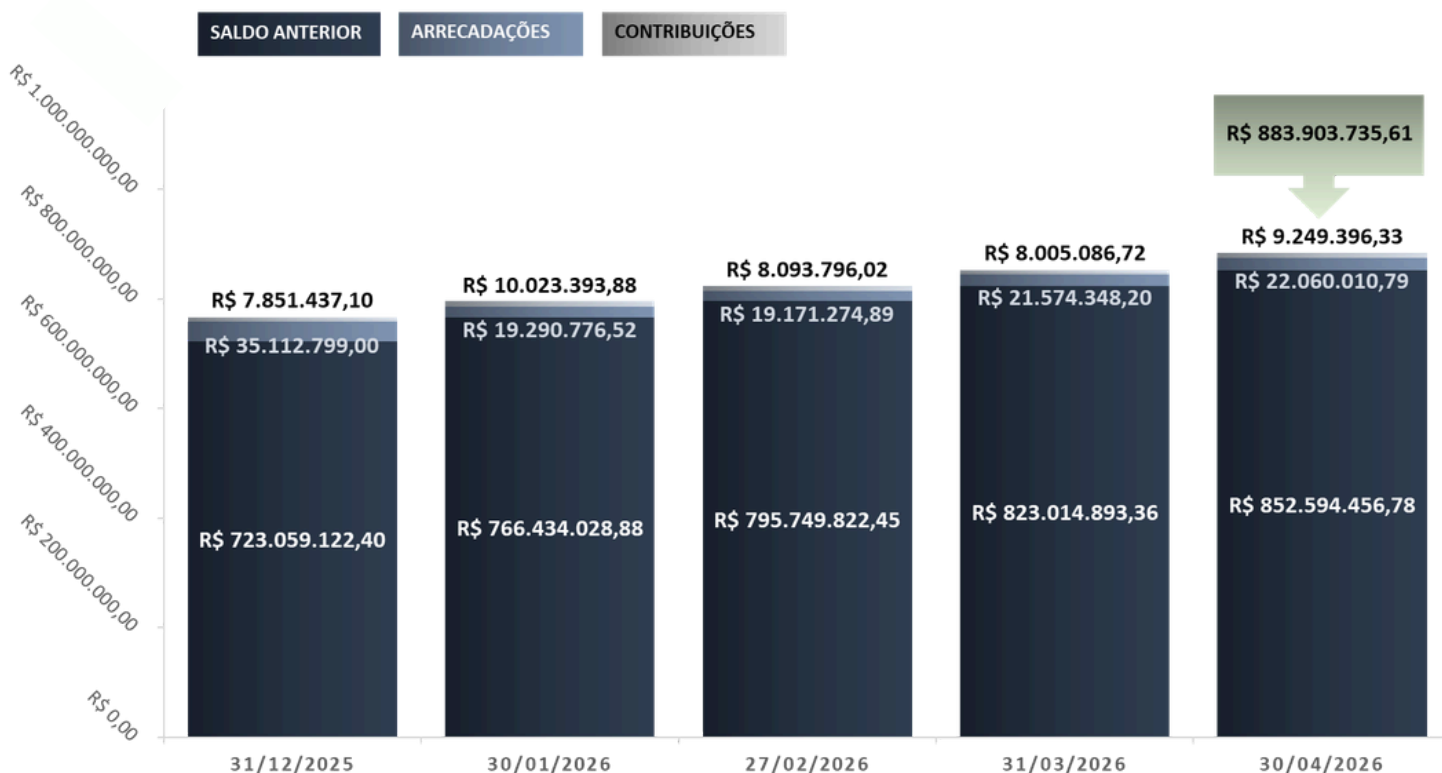


GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DESDE DEZEMBRO/2025



O gráfico 6 aponta o fechamento mês a mês desde dezembro de 2025. Em abril de 2026, houve um acréscimo de R\$ 22 milhões com as arrecadações, e um rendimento de R\$ 9 milhões com base nos valores investidos pela Gerência de Investimentos da Goiás Previdência. Com isso, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo Previdenciário em 30 de abril de 2026 é de R\$ 883 milhões.

TABELA 5 - PERFIL, APLICAÇÕES, RESGATES E RENDIMENTOS

	MOVIMENTAÇÕES	TIPO DE RESGATE	RENDIMENTO	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO			R\$1.418.971,89		R\$311.139.798,70
↳ NTN-15052029	R\$159.877.735,53	-	R\$480.331,77	-	R\$160.358.067,30
↳ NTN-15052031	R\$149.843.091,28	-	R\$938.640,12	-	R\$150.781.731,40
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE			R\$7.790.549,49	R\$845.671.740,28	R\$465.803.606,64
↳ CAIXA BRASIL TP	1.566.472,62	D+0	R\$407.789,59	R\$37.416.317,40	R\$39.390.579,62
↳ CAIXA ALIANCA TP	-25.000.000,00	D+0	R\$506.288,33	R\$58.415.522,23	R\$33.921.810,56
↳ CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP	-110.000.000,00	D+0	R\$1.417.736,41	R\$164.467.503,90	R\$55.885.240,30
↳ BB RF REF DI TP	-	D+0	R\$139.158,67	R\$12.866.764,55	R\$13.005.923,22
↳ CAIXA BRASIL IMA-B 5	20.493.538,17	D+0	R\$0,00	-	R\$20.493.538,17
↳ CAIXA TOPAZIO	-	D+0	R\$351.519,11	R\$32.503.833,99	R\$32.855.353,10
↳ BB PREV IRF-M1 TP	-100.000.000,00	D+1	R\$1.317.971,94	R\$132.819.025,18	R\$34.136.997,13
↳ CAIXA GESTAO ESTRAT.	-	D+0	R\$152.482,43	R\$12.300.287,28	R\$12.452.769,71
↳ BB PREV RF IRF-M 1+	-	D+0	R\$339.250,07	R\$25.413.472,26	R\$25.752.722,33
↳ BTG TESOIRO SELIC	60.281.306,07	D+0	R\$427.609,58	-	R\$60.708.915,65
↳ BB PREV TP VÉRTICE 2027	-	D+1790	R\$148.657,02	R\$12.261.209,62	R\$12.409.866,64
↳ BB PREV TP VÉRTICE 2030	-	D+2978	R\$48.964,58	R\$3.811.862,62	R\$3.860.827,20
↳ LTN-01042027	-	D+1	R\$410,47	R\$43.995,42	R\$44.405,90
↳ CAIXA BRASIL FI	-145.000.000,00	D+0	R\$865.604,62	R\$153.860.887,48	R\$9.726.492,10
↳ BB PREV FLUXO SIMPLES	-	D+0	R\$3.599,38	R\$357.668,13	R\$361.267,51
↳ BB PREV RF PERFIL	-	D+0	R\$1.125.419,04	R\$103.748.310,49	R\$104.873.729,52
↳ CAIXA BRASIL MATRIZ	-90.000.000,00		R\$538.088,25	R\$95.385.079,73	R\$5.923.167,98
SUBCARTEIRA DE RISCO			R\$39.746,66	R\$6.920.583,62	R\$6.960.330,28
↳ BB ACOES GOVERNANCA		D+3	-R\$1.658,62	R\$3.608.324,93	R\$3.606.666,30
↳ CAIXA ACOES LIVRE		D+15	-R\$16.555,17	R\$2.330.054,35	R\$2.313.499,18
↳ CAIXA ELETROBRAS		D+3	R\$57.960,46	R\$982.204,34	R\$1.040.164,80

*É considerado movimentação financeira o resultado de todas as aplicações (+) e resgates (-) em cada fundo supra mencionado.

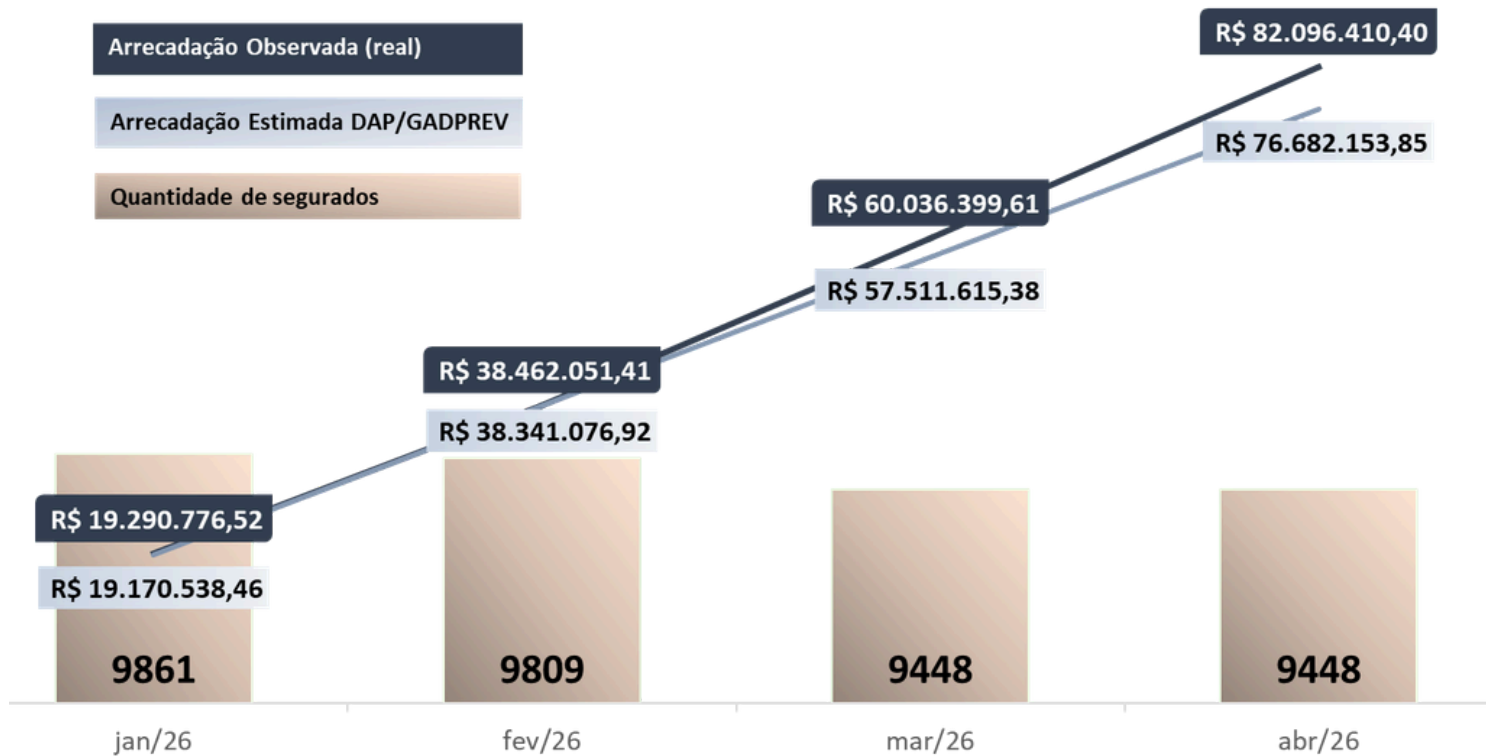
A Tabela 5 apresenta as movimentações, rendimentos e saldos dos fundos que compõem a carteira no período analisado. Observa-se que a maior parte dos recursos está alocada em títulos públicos e títulos de renda fixa e eles foram responsáveis pela maior parcela do rendimento, refletindo a estratégia conservadora da carteira.

A Tabela 6 expõe que no mês de abril foi retido aproximadamente R\$ 65 mil reais em taxa de administração em favor das instituições financeiras, ou seja, algo em torno de 0,01% do saldo do fundo previdenciário em abril.

TABELA 6 - CUSTOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO E % DE PARTICIPAÇÃO DE RPPS EM CADA FUNDO

	% do PL em RPPS	TAXA ADM ANUAL	TAXA ADM MENSAL	TAXA ADM RETIDA
↳ CAIXA BRASIL TP	52,10%	0,20%	0,02%	R\$6.246,72
↳ CAIXA ALIANCA TP	28,60%	0,20%	0,02%	R\$5.379,46
↳ CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP	96,20%	0,20%	0,02%	R\$8.862,52
↳ BB RF REF DI TP	18,40%	0,10%	0,01%	R\$1.031,74
↳ CAIXA BRASIL IMA-B5	98,80%	0,20%	0,02%	-
↳ CAIXA TOPAZIO	11,90%	0,10%	0,01%	R\$2.606,37
↳ BB PREV IRF-M1 TP	54,10%	0,10%	0,01%	R\$2.708,04
↳ CAIXA GESTAO ESTRAT.	96,70%	0,40%	0,03%	R\$3.946,00
↳ BB PREV RF IRF-M 1+	40,10%	0,30%	0,02%	R\$6.123,15
↳ BTG TESOIRO SIMPLES	25,20%	0,08%	0,01%	-
↳ BB PREV TP VÉRTICE 2027	59,10%	0,20%	0,02%	R\$1.968,01
↳ BB PREV TP VÉRTICE 2030	67,00%	0,20%	0,02%	R\$612,27
↳ LTN-01042027	-	-	-	-
↳ CAIXA BRASIL RF REF DI LP	66,70%	0,20%	0,02%	R\$1.542,47
↳ BB PREV FLUXO RF SIMPLES	50,70%	1,00%	0,08%	R\$285,41
↳ BB PREV RF PERFIL	52,10%	0,20%	0,02%	R\$16.631,32
↳ CAIXA BRASIL MATRIZ	57,80%	0,20%	0,02%	R\$939,32
↳ CAIXA ATENA AÇÕES LIVRE	99,80%	2,00%	0,14%	R\$2.849,34
↳ BB AÇÕES GOVERNANÇA	49,60%	1,00%	0,07%	R\$3.638,84
↳ CAIXA FIA ELETROBRAS	18,50%	0,45%	0,03%	R\$370,72
	MÉDIA	0,01%	TOTAL	R\$65.741,69

GRÁFICO 7 - ARRECADAÇÃO OBSERVADA E ESTIMADA ACUMULADA DESDE JANEIRO DE 2026



O gráfico apresentado evidencia a evolução da arrecadação previdenciária ao longo dos meses de janeiro a abril de 2026, comparando os valores efetivamente arrecadados com aqueles estimados pela Gerência de Atuária e Dados Previdenciários da Goiás Previdência, além de indicar a quantidade de segurados vinculados ao Fundo Previdenciário.

Observa-se, inicialmente, uma tendência de redução no número de segurados do Fundo Previdenciário. Esse movimento ocorre em razão da saída de servidores do Estado de Goiás, motivada por diferentes fatores, sendo o mais recorrente o desligamento para ingresso em cargos públicos vinculados a outros entes federativos.

No que se refere à arrecadação, verifica-se que, nos meses de janeiro e fevereiro, os valores

realizados apresentam elevada aderência às estimativas, com diferenças pouco significativas. Esse alinhamento indica que a metodologia adotada pela área atuarial é consistente e capaz de projetar, com razoável precisão, o comportamento da arrecadação em condições normais. No entanto, nos meses de março e abril, observa-se um descolamento mais expressivo entre os valores, com a arrecadação efetiva superando a estimada.

Dessa forma, conclui-se que, embora o modelo de estimativa apresente bom desempenho na maior parte do período analisado, é fundamental considerar as limitações das bases de dados utilizadas e a possibilidade de eventos atípicos que impactem a arrecadação. A análise conjunta desses fatores é essencial para uma interpretação mais precisa dos resultados e para o aprimoramento contínuo das projeções atuariais.

Rentabilidades

TABELA 7 - RENTABILIDADE MENSAL E ACUMULADA POR SUBCARTEIRA

ATIVO	RENTABILIDADE MENSAL	RENTABILIDADE ACUMULADA - ANO	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO	1,23%	1,23%	99,90%
↳ NTNB-15052029	1,26%	1,26%	99,92%
↳ NTNB-15052031	1,21%	1,21%	99,87%
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE	1,05%	4,30%	100,01%
↳ BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	1,01%	4,23%	99,97%
↳ BB PREV RF IRF-M1 TP	0,99%	4,22%	100,21%
↳ BB PREV RF PERFIL FIC FI	1,08%	4,55%	100,30%
↳ BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	1,21%	5,36%	100,43%
↳ BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	1,28%	4,41%	100,50%
↳ BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M 1+	1,33%	3,20%	100,55%
↳ BB RF REF DI TIT PUB FI LP	1,08%	4,54%	100,30%
↳ BTG TESOIRO SELIC SIMPLES	0,54%	0,59%	99,82%
↳ CAIXA ALIANCA TP FI RF	1,07%	4,46%	100,29%
↳ CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	1,10%	4,53%	100,31%
↳ CAIXA BRASIL GESTAO ESTRAT.	1,24%	3,62%	100,46%
↳ CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP	-	-	0,00%
↳ CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP	1,02%	4,26%	100,24%
↳ CAIXA BRASIL MATRIZ	1,11%	4,51%	100,33%
↳ CAIXA BRASIL TP	1,09%	4,52%	100,31%
↳ CAIXA TOPAZIO	1,08%	2,33%	100,30%
↳ LTN-01042027	0,14%	0,93%	100,15%

ATIVO		RENTABILIDADE MENSAL	RENTABILIDADE ACUMULADA - ANO	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK
SUBCARTEIRA DE RISCO		0,62%	13,10%	100,70%
↳	BB ACOES GOVERNANCA	-0,05%	16,07%	100,08%
↳	CAIXA BRASIL ACOES LIVRE	-0,71%	4,41%	99,42%
↳	CAIXA FIA ELETROBRAS	5,90%	22,16%	106,04%
CARTEIRA CONSOLIDADA		1,08%	3,01%	99,60%
↳	BANCO DO BRASIL	1,06%	4,44%	99,50%
↳	CAIXA ECONÔMICA	0,98%	4,33%	99,58%
↳	BTG - PACTUAL	1,19%	1,49%	99,71%

A subcarteira de Imunização apresentou rentabilidade mensal de 1,23%. Em comparação ao seu benchmark (IMA-B 5, de 2,20%), a carteira marcada na curva atingiu desempenho equivalente a 99,90% do índice de referência. Esse resultado indica que, no mês de abril, a carteira marcada a mercado apresentou desempenho levemente superior ao da carteira marcada na curva, refletindo os efeitos das oscilações de mercado sobre os ativos precificados diariamente.

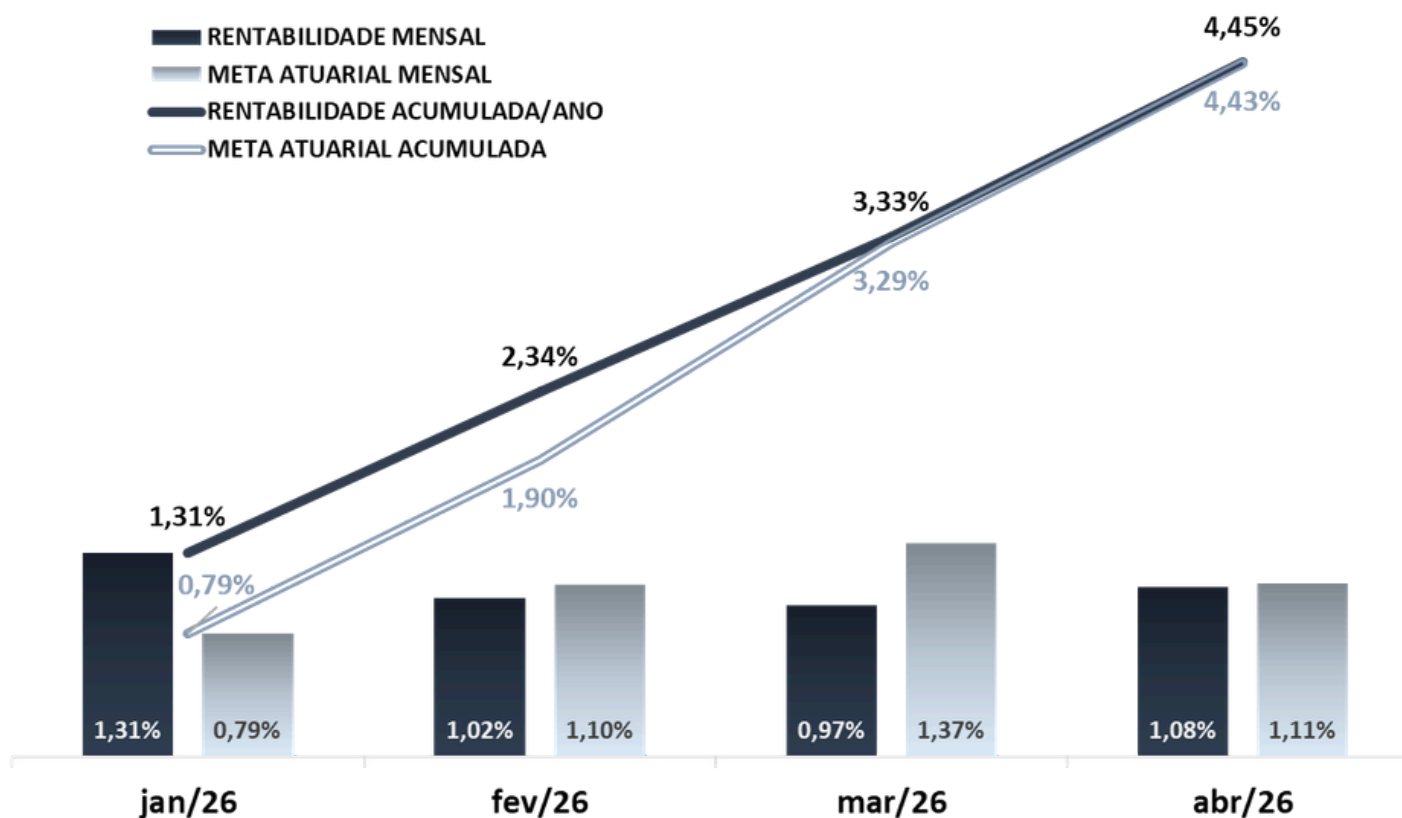
A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade registrou rentabilidade mensal de 1,05% e acumulada no ano de 4,30%, com desempenho equivalente a 100,01% do benchmark (95% do CDI, equivalente a 1,03%). O resultado demonstra elevada aderência ao índice de referência e está alinhado ao perfil conservador da carteira, composta majoritariamente por ativos de renda fixa indexados ao CDI. Os fundos administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal apresentaram desempenhos semelhantes, com pequenas oscilações entre os ativos. Alguns fundos superaram o benchmark, enquanto outros ficaram ligeiramente abaixo, sem impacto relevante no desempenho consolidado da subcarteira.

Por sua vez, a Subcarteira de Risco obteve rentabilidade mensal de 0,62%, refletindo um ambiente menos favorável para a renda variável no período. Ainda assim, o acumulado no ano permanece expressivo, em 13,10%, evidenciando o potencial de valorização dos ativos de maior risco no horizonte de longo prazo. O desempenho atingiu 100,70% do benchmark (IBrX100, de -0,13%), superando o índice de referência, com destaque para a contribuição positiva do fundo Eletrobras.

Na carteira consolidada, observou-se rentabilidade de 1,08% no mês e 3,01% no acumulado do ano, equivalente a 99,60% do benchmark consolidado (média ponderada dos benchmarks, de 1,45%). Esse resultado evidencia que a diversificação entre ativos conservadores e ativos de maior risco contribuiu para reduzir a volatilidade da carteira, mantendo o desempenho global estável e próximo ao índice de referência.

De forma geral, a carteira apresenta uma alocação equilibrada, na qual os ativos conservadores proporcionam estabilidade e previsibilidade, enquanto a parcela de risco contribui para a geração de ganhos no longo prazo, resultando em uma performance consistente e alinhada aos objetivos da carteira.

GRÁFICO 8 – RENTABILIDADE DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO COM A META ATUARIAL



A rentabilidade acumulada do fundo no mês de abril atingiu 4,45%, enquanto a meta atuarial acumulada para o período foi de 4,43%. Dessa forma, o Fundo Previdenciário encerrou abril com um superávit de 0,02 ponto percentual acima da meta, evidenciando que a estratégia de alocação dos investimentos tem sido eficaz na geração de retornos compatíveis com as necessidades atuariais do regime, mesmo em um mês com choques externos.

De maneira geral, os resultados indicam que, apesar das oscilações naturais observadas entre os meses, o desempenho acumulado mantém-se superior à meta atuarial, sinalizando que o fundo está conseguindo gerar retornos adequados para contribuir com a sustentabilidade financeira e atuarial do regime previdenciário. Esse comportamento reforça a importância da gestão estratégica da carteira, capaz de compensar eventuais variações mensais por meio de um desempenho consistente no horizonte acumulado.

A análise do desempenho do Fundo Previdenciário nos primeiros meses de 2026 evidencia um cenário

positivo quanto ao cumprimento da meta atuarial estabelecida para o período.

Em janeiro de 2026, o fundo registrou rentabilidade mensal de 1,31%, resultado significativamente superior à meta atuarial de 0,79%, gerando um excedente de 0,52 ponto percentual. Esse desempenho inicial representa um resultado bastante favorável, contribuindo para fortalecer o equilíbrio financeiro e atuarial do regime logo no início do exercício.

Em fevereiro de 2026, observou-se uma leve desaceleração, enquanto em março a meta atuarial de 1,37% superou substancialmente a rentabilidade mensal, que registrou 0,97%. Embora esse resultado represente uma redução em relação aos meses anteriores, o desempenho permanece consistente quando analisado no contexto do período acumulado.

Portanto, ao analisar o desempenho acumulado do quadrimestre, verifica-se que o resultado permanece favorável.

Análise das Instituições Financeiras

TABELA 8 - SALDO MENSAL E RENDIMENTO POR IF

IF	% REND.	RENDIMENTO	% SALDO	SALDO
BANCO DO BRASIL	37,85%	R\$3.121.362,08	41,89%	R\$198.007.999,85
CAIXA	51,91%	R\$4.280.914,01	45,27%	R\$214.002.615,51
BTG	5,18%	R\$427.609,58	12,84%	R\$60.708.915,55
TOTAL	100,00%	8.247.062,55	100,00%	R\$472.719.530,91

Os recursos financeiros do Fundo Previdenciário apresentam, atualmente, maior concentração na Caixa Econômica Federal, que detém 45,27% do patrimônio total, equivalente a R\$ 214.002.615,51. Em seguida, o Banco do Brasil concentra 41,89% dos recursos, correspondendo a R\$ 198.007.999,85, enquanto o Banco BTG Pactual possui 12,84% do saldo total, equivalente a R\$ 60.708.915,55, conforme demonstrado na Tabela 8, assim como os rendimentos, que seguem a mesma distribuição.

A atual distribuição institucional demonstra uma composição mais equilibrada entre os principais agentes financeiros, com predominância da Caixa e do Banco do Brasil na participação patrimonial e no desempenho da carteira. Essa configuração está alinhada às diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos, especialmente no que se refere à diversificação dos recursos, à busca por eficiência na gestão da carteira e à aderência aos objetivos atuariais e financeiros do Fundo Previdenciário.

Acompanhamento de Dealers

A GOIASPREV conduz o processo de credenciamento de instituições financeiras com o objetivo de viabilizar a compra e venda de títulos públicos federais nos mercados primário e secundário, permitindo, desde março de 2026, o início da operacionalização da Subcarteira de Imunização.

No âmbito desse processo, foi publicado edital para a contratação do serviço de custódia qualificada, tendo sido selecionado como custodiante o BTG Pactual, por ter sido a única instituição a atender integralmente às exigências estabelecidas no edital, além de apresentar proposta compatível com o princípio da economicidade. A contratação foi realizada por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Atualmente, encontram-se aptas a participar do processo de credenciamento três instituições financeiras cadastradas como *dealers* pelo Banco Central do Brasil, pertencentes aos segmentos S1 e S2, que representam instituições de maior porte e relevância no sistema financeiro nacional. Para que uma instituição financeira esteja habilitada a negociar títulos públicos em nome da GOIASPREV, é necessário que percorra cinco etapas no processo de credenciamento, as quais asseguram o atendimento aos critérios técnicos, operacionais e regulatórios estabelecidos pela entidade. Há ainda uma sexta etapa que busca o contínuo escrutínio da instituição financeira e por meio dela é possível que a Instituição permaneça habilitada.

ETAPAS DO CREDENCIAMENTO

- 1 Etapa de avaliação documental pela Gerência de Investimentos;
- 2 Etapa de inscrição da IF para análise documental pela Comissão Especial de Contratação (Portaria 2168 de 22 de outubro de 2025);
- 3 Etapa de resultado;
- 4 Etapa de recursos;
- 5 Etapa final com a homologação da IF no Diário Oficial do Estado de Goiás;
- 6 Controle contínuo do credenciamento.

TABELA 9 - ACOMPANHAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COMO DEALERS

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ETAPA	COMENTÁRIO
BGC	5	Não é IF S1 ou S2 conforme Tabela 10
TULLET	5	Não compõem mais a lista de Dealer do Bacen
BTG CORRETORA	6	Credenciada
SAFRA	6	Credenciada
SANTANDER	2	Falta de documentação por parte da IF
BANCO DO BRASIL	2	Falta de documentação por parte da IF
XP	3	Documentos em fase de resultado
CAIXA ECONÔMICA	2	Falta de documentação por parte da IF
BRADERSCO	6	Credenciada

A Tabela 9 apresenta o estágio atual do processo de credenciamento de instituições financeiras para a operacionalização da Subcarteira de Imunização da GOIASPREV, iniciada em março de 2026. Observa-se que três instituições financeiras já concluíram todas as etapas do processo e encontram-se devidamente credenciadas, aptas a realizar operações com títulos públicos em nome da entidade, porém, apenas o Banco BTG Pactual aceita operar em mercado primário.

Por outro lado, algumas instituições ainda permanecem na fase inicial de análise documental, o que indica que a continuidade do processo depende das informações e documentos exigidos para

a avaliação. Além disso, duas instituições foram desclassificadas por não atenderem aos critérios técnicos estabelecidos, relacionados ao enquadramento nos segmentos de porte do sistema financeiro e à permanência na lista oficial de dealers do Banco Central.

De forma geral, o processo já assegura número suficiente de instituições habilitadas para as operações, ao mesmo tempo em que permanece aberto para a eventual ampliação do número de participantes, conforme o avanço das etapas de credenciamento.

TABELA 10 - LISTA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS S1 E S2 SEGUNDO O BANCO CENTRAL

IF	SEGMENTO	IF	SEGMENTO
BB	S1	BCO SICREDI	S2
BRABESCO	S1	BCO DO NORDESTE	S2
BTG PACTUAL	S1	BNDES	S2
CEF	S1	CITIBANK	S2
ITAÚ	S1	NU PAGAMENTOS	S2
SANTANDER	S1	SAFRA	S2
BANCO SICOOB	S2	VOTORANTIM	S2
BANRISUL	S2	XP	S2

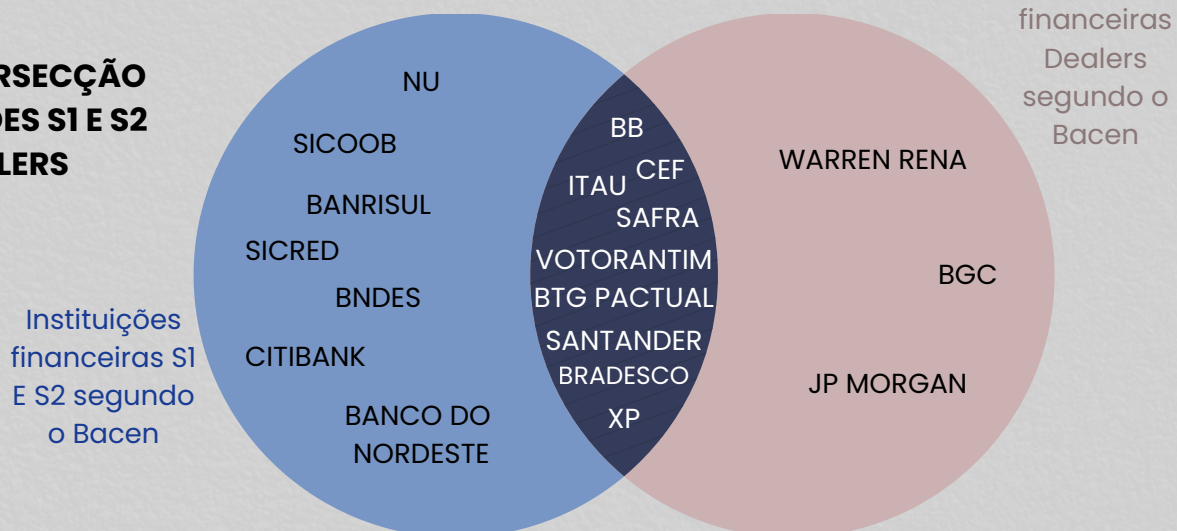
As Tabelas 10 e 11 apresentam os critérios utilizados pela GOIASPREV para garantir maior segurança na seleção das instituições financeiras aptas a negociar títulos públicos. A Tabela 10 relaciona as instituições classificadas nos segmentos S1 e S2, que representam bancos de maior porte e relevância no sistema financeiro nacional, sendo utilizadas como referência para mitigação de risco de crédito.

A Tabela 10 apresenta quais instituições financeiras são enquadradas como S1 e S2 segundo o Banco Central. Já a Tabela 11 mostra as instituições que segundo o Banco Central estão credenciadas a operar com o Departamento de Operações do Mercado Aberto (DEMAB). O interesse da análise está na intersecção entre essas duas informações, presente no gráfico 9 abaixo.

TABELA 11 - INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS COMO DEALERS PELO BANCO CENTRAL

INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS A OPERAR COM O DEMAB	
BANCO BRADESCO S.A.	ITAÚ UNIBANCO S.A.
BANCO BTG PACTUAL S.A.	WARREN RENA DTVM LTDA.
BANCO J. P. MORGAN S.A.	XP ICCTVM S.A.
BANCO SAFRA S.A.	BGC LIQUIDEZ DTVM LTDA.
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
BANCO VOTORANTIM S.A.	BANCO DO BRASIL

GRÁFICO 9 - INTERSECÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES S1 E S2 COM OS DEALERS



Acompanhamento dos Riscos

O *Tracking Error* (TE) é a medida estatística que expressa a volatilidade do retorno da subcarteira em relação ao seu *benchmark* ao longo do tempo. Matematicamente, corresponde ao desvio padrão da diferença entre a rentabilidade da subcarteira e a rentabilidade do Índice de referência. Diferentemente da Subcarteira de Risco, na qual o afastamento do *benchmark* pode refletir gestão ativa deliberada, na Subcarteira de Imunização o objetivo central é a aderência estrutural ao comportamento do índice escolhido, normalmente um indicador que reflita títulos públicos indexados à inflação com duration compatível ao passivo atuarial.

Assim, no âmbito da Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, o *Tracking Error* (TE) mede o grau de descasamento entre a carteira e o parâmetro que representa, de forma aproximada, a dinâmica das obrigações previdenciárias. Nesse contexto, quanto menor o *Tracking Error* (TE), melhor, pois valores reduzidos indicam que a subcarteira acompanha de forma consistente o *benchmark*, reduzindo o risco de desalinhamento entre ativos e passivos. Um TE elevado, por sua vez, pode indicar inadequação de duration, concentração excessiva, exposição a fatores não previstos ou falhas na estratégia de imunização. Portanto, o resultado desejável é um Tracking Error próximo de zero, sinalizando elevada aderência e previsibilidade.

No âmbito da Subcarteira de Risco, a análise desloca-se da aderência ao *benchmark* para a relação entre risco e retorno. Nesse contexto, o *Value at Risk* (VaR) representa uma medida de risco que estima a perda máxima esperada em determinado horizonte temporal, para um nível de confiança previamente definido.

Por exemplo, um VaR mensal de 5% a 95% de confiança indica que, em condições normais de mercado, existe 5% de chance de a perda superar aquele valor no período considerado. O VaR não mede a perda efetiva, mas sim uma estimativa estatística de risco extremo.



Nesse caso, quanto menor o VaR, melhor, pois valores mais elevados indicam maior exposição a perdas potenciais. Entretanto, um VaR mais alto pode ser aceitável se estiver associado a maior retorno esperado, desde que compatível com o apetite de risco.

Complementarmente, o Índice de Sharpe mede a eficiência da subcarteira ao relacionar o retorno excedente ao ativo livre de risco com a volatilidade total da carteira. Ele é calculado como a razão entre o prêmio pelo risco (rentabilidade da carteira menos taxa livre de risco) e o desvio padrão da rentabilidade. Diferentemente do VaR, que é uma medida absoluta de risco, o Índice de Sharpe avalia a qualidade do retorno obtido por unidade de risco assumido. Nesse caso, quanto maior o Índice de Sharpe, melhor, pois valores elevados indicam que a carteira está gerando retorno adicional de forma eficiente, compensando adequadamente a volatilidade assumida. Um Sharpe negativo indica que o retorno foi inferior à taxa livre de risco, sinalizando desempenho ineficiente.

Em síntese, na Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, o Tracking Error deve ser baixo, pois o objetivo é aderência e estabilidade. Já na Subcarteira de Risco, o VaR deve ser controlado e compatível com os limites de risco estabelecidos, enquanto o Índice de Sharpe deve ser o mais elevado possível, indicando eficiência na relação risco-retorno. Cada métrica, portanto, deve ser interpretada à luz do objetivo econômico específico da subcarteira a que se aplica.

TABELA 12 – TRACKING ERROR DA SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE

<i>Tracking Error</i>	MÊS	12 MESES
Subcarteira de Liquidez e Estabilidade	0,704%	78,250%
↳ BB PREV FLUXO SIMPLES	0,001%	0,550%
↳ CAIXA ALIANÇA TP	0,001%	0,246%
↳ BB REF DI TP	0,002%	0,587%
↳ CAIXA TOPÁZIO	0,002%	0,780%
↳ BTG TESOUREO SELIC SIMPLES	0,003%	0,715%
↳ BB PREV DI LP PERFIL	0,009%	1,342%
↳ CAIXA BRASIL REF DI LP	0,015%	1,201%
↳ CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	0,025%	3,385%
↳ CAIXA BRASIL TP FI RF LP	0,028%	4,773%
↳ BB PREV RF IRF-M1 TP	0,722%	34,445%
↳ CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP	0,746%	34,833%
↳ BB PREV VÉRTICE 2027	1,040%	459,366%
↳ CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP	4,217%	1119,493%
↳ LTN 01.04.2027	4,749%	1139,714%
↳ BB PREV VÉRTICE 2030	21,769%	17325,697%
↳ CAIXA GESTÃO ESTRAT.	24,573%	5091,097%
↳ BB PREV RF IRF-M1+	65,388%	27115,078%

O Tracking Error da subcarteira de Liquidez e Estabilidade ficou em 0,70% no mês e 78,25% em 12 meses, o que indica que, no agregado, a carteira não está tão colada ao índice de referência quanto se espera para uma estratégia com perfil mais conservador.

Os fundos mais conservadores e atrelados ao CDI, como BB Prev Fluxo Simples, Caixa Aliança, BB Ref DI TP e similares, apresentam tracking errors muito baixos (próximos de zero). Isso mostra que eles estão cumprindo bem o papel de acompanhar o benchmark com pouca oscilação, contribuindo para a previsibilidade da carteira.

Por outro lado, à medida que avançamos para fundos com maior duration e exposição a risco de mercado (IRF-M, IMA e vértices), o tracking error aumenta de forma significativa. Fundos como Caixa Brasil TP e Caixa Brasil IRF-M 1 já apresentam desvios mensais mais elevados, mostrando que começam a se afastar do comportamento do índice. Esse efeito se intensifica fortemente nos fundos de prazo mais longo e estratégias de vértice.

Casos como BB PREV VÉRTICE 2027, CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP, LTN 01.04.2027, BB PREV VÉRTICE 2030, CAIXA GESTÃO ESTRAT., BB PREV RF IRF - M1+, apresentam tracking errors altos

tanto no mês quanto no acumulado de 12 meses (chegando a níveis acima de 100%). Isso evidencia que esses ativos têm comportamento muito distinto do benchmark adotado, sendo fortemente impactados por movimentos da curva de juros e marcação a mercado.

Portanto, o resultado observado não indica necessariamente problema de desempenho, mas sim um desalinhamento estrutural entre a composição da carteira e o índice de referência no mês de março. Quanto maior a presença de ativos de longo prazo e maior sensibilidade à taxa de juros, maior tende a ser esse descolamento, exatamente o que os dados estão mostrando.

TABELA 13 – ÍNDICE SHARPE E VaR DA SUBCARTEIRA DE RISCO

Índice Sharpe	MÊS	12 MESES
Subcarteira - Risco	-0,090	1,178
↳ CX BR ELETROBRAS	0,583	1,951
↳ BB AÇÕES GOVERNANÇA	-0,217	1,302
↳ CX BR AÇÕES LIVRE	-0,238	0,719

Os valores negativos do Índice de Sharpe da Subcarteira de Risco no período de abril não devem ser interpretados de forma isolada, uma vez que o indicador perde sua capacidade comparativa quando o retorno obtido fica abaixo do ativo livre de risco. Nesse contexto, o Sharpe mensal de -0,09 apenas sinaliza que a relação entre risco e retorno foi insatisfatória no curto prazo. Entre os fundos, destaca-se o desempenho positivo do Caixa Eletrobras, com índice de 0,5829 no mês e 1,9514 em 12 meses, indicando melhor compensação do risco assumido. Por outro lado, os fundos BB Ações Governança (-0,217) e Caixa Ações Livre (-0,238) apresentaram desempenho inferior no período mensal, refletindo maior dificuldade em gerar retorno ajustado ao risco.

VaR	MÊS	12 MESES
Subcarteira - Risco	-7,478%	-28,619%
↳ CX BR ELETROBRAS	-13,402%	-41,661%
↳ BB AÇÕES GOVERNANÇA	-7,618%	-24,936%
↳ CX BR AÇÕES LIVRE	-11,088%	-33,078%

O VaR complementa essa análise ao evidenciar um nível elevado de exposição ao risco na subcarteira, principalmente no horizonte de 12 meses. A Subcarteira de risco apresentou VaR de -7,48% no mês e -28,62% em 12 meses, demonstrando sensibilidade significativa às oscilações do mercado.

Entre os fundos analisados, o Caixa Eletrobras apresentou o maior nível de risco, com VaR de -13,40% no mês e -41,66% em 12 meses, indicando elevada volatilidade. O Caixa Ações Livre também apresentou exposição relevante, registrando -11,09% no mês e -33,08% em 12 meses. Já o BB Ações Governança apresentou menor nível relativo de risco, com VaR de -7,62% no mês e -24,94% em 12 meses.

Em conjunto, os indicadores demonstram que a Subcarteira de Risco permaneceu exposta à elevada volatilidade, especialmente nos fundos de renda variável mais agressivos. Apesar disso, observa-se que alguns ativos, como o Caixa Eletrobras, conseguiram apresentar melhor relação entre risco e retorno no horizonte de 12 meses, sugerindo maior capacidade de compensação do risco assumido ao longo do tempo.

TABELA 14 – MARGEM SOBRE A META ATUARIAL DA SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO E CARTEIRA CONSOLIDADA

Margem sobre a Meta Atuarial	MÊS	12 MESES
Subcarteira Imunização	19,37%	23,21%
↳ NTN-B 15.05.2029	19,62%	23,61%
↳ NTN-B 15.05.2031	19,10%	22,79%
Margem sobre a Meta Atuarial	MÊS	ANUAL
Carteira Consolidada	6,48%	5,40%

A Subcarteira de Imunização apresentou margem de 19,37% em relação à meta atuarial no mês de abril, evidenciando desempenho significativamente superior ao retorno necessário para o cumprimento da meta estabelecida. No acumulado de 12 meses (de abril a abril), a margem alcançou 23,21%, demonstrando que a subcarteira vem mantendo rentabilidade consistentemente acima da meta atuarial ao longo do período.

Entre os ativos que compõem a carteira, destacam-se as NTN-B 15.05.2029 e NTN-B 15.05.2031, que registraram margens acumuladas de 23,61% e 22,79%, respectivamente. Esses resultados reforçam a importância da estratégia de imunização na carteira, proporcionando maior previsibilidade de retorno e contribuindo para o equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário.

TABELA 15 – RATING DAS AGÊNCIAS CLASSIFICADORAS E GINV

GINV	Fitch	S&P	Moody's	Score
AAA	AAA	AAA	Aaa	
AA	AA	AA	Aa	
A	A	A	A	
BBB	BBB	BBB	Baa	
BB	BB	BB	Ba	
B	B	B	B	
CCC	CCC	CCC	Caa	
CC	CC	CC	Ca	
C	C	C	C	
RD	RD	D	C	
D	D			

TABELA 16 – PROPORÇÃO DOS PAPÉIS QUE CONSTITUEM OS FUNDOS POR RATING

FUNDO	AAA	AA	BBB	TOTAL
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA	15,96%	17,68%	3,52%	37,16%
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	14,84%	17,16%	2,57%	34,57%

As tabelas apresentadas consolidam as classificações de risco de crédito das principais agências internacionais e servem de base para o padrão interno GINV, utilizado para padronizar a mensuração do risco de crédito da carteira. As classificações entre AAA e BBB representam o grau de investimento, indicando emissores com maior capacidade de honrar compromissos financeiros. Já as categorias BB e B são consideradas grau especulativo, enquanto CCC, CC e C indicam baixa qualidade de crédito. Os níveis RD e D representam situação de moratória ou default.

O rating é aplicado apenas aos fundos com ativos de crédito privado. Na GOIASPREV, a metodologia é utilizada nos fundos CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA e CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP, que possuem cerca de 35% da carteira exposta a crédito privado. A maior parte dos ativos está concentrada em títulos AA (aprox. 17%) e AAA (aprox. 15%), enquanto os títulos BBB representam cerca de 3%. Esse perfil demonstra predominância de ativos mais seguros, reforçando a postura conservadora da GOIASPREV.

Análise do Desempenho das Subcarteiras

TABELA 17 – DESEMPENHO DAS SUBCARTEIRAS PELOS BENCHMARKS

DESEMPENHO	RENTABILIDADE DA SUBCARTEIRA	RENTABILIDADE DO BENCHMARK	IAR	ΔR	ERRP	Tracking Error
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO	7,64%	7,33%	1,042	0,311	0,042	0,003
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E	0,98%	0,78%	1,002	0,002	0,259	0,003
SUBCARTEIRA DE RISCO (IBrX-100)	0,62%	-0,13%	1,008	0,008	5,845	0,036
CARTEIRA CONSOLIDADA	1,08%	1,34%	0,997	-0,003	-0,194	0,004

A análise do desempenho das Subcarteiras e da Carteira Consolidada foi realizada por meio de indicadores que permitem avaliar tanto a rentabilidade obtida quanto a aderência aos respectivos benchmarks e o nível de risco ativo assumido. A rentabilidade da subcarteira representa o retorno efetivamente alcançado pela composição dos ativos, enquanto a rentabilidade do benchmark corresponde ao índice de referência compatível com a estratégia adotada. O Índice de Aderência Relativa (IAR) demonstra a relação entre o retorno da carteira e o do benchmark, sendo valores superiores a 1 indicativos de superação do índice de referência.

A diferença de rentabilidade (ΔR) evidencia o excesso de retorno absoluto da carteira frente ao benchmark, enquanto o Excesso de Retorno Relativo Percentual (ERRP) expressa esse desvio em termos proporcionais. Já o Tracking Error (TE) mede a volatilidade do excesso de retorno, permitindo avaliar o grau de risco ativo assumido na gestão.

A Subcarteira de Imunização apresentou rentabilidade de 7,64%, superior ao benchmark de 7,33%. O Índice de Aderência Relativa (IAR) de 1,0424 demonstra desempenho acima do índice de referência, enquanto a diferença de rentabilidade (ΔR) positiva de 0,3109% evidencia geração de valor no período. O ERRP de 0,0424 reforça o ganho relativo obtido frente ao benchmark. Além disso, o Tracking Error de 0,003169 permaneceu em nível reduzido, indicando baixa dispersão do excesso de retorno e elevado grau de aderência ao índice.

Na Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, a rentabilidade alcançou 0,98%, superior ao benchmark de 0,78%. O IAR de 1,0020 confirma leve superação do índice de referência, enquanto a diferença de rentabilidade (ΔR) positiva de 0,2018% demonstra desempenho favorável no período.

O ERRP de 0,2590 reforça o excesso de retorno relativo obtido. O Tracking Error de 0,003079 permaneceu baixo, evidenciando reduzido risco ativo e elevada proximidade em relação ao benchmark.

Já a Subcarteira de Risco (IBrX-100) apresentou rentabilidade de 0,62%, superior ao benchmark negativo de -0,13%. O IAR de 1,0075 indica desempenho acima do índice de referência. A diferença de rentabilidade (ΔR) positiva de 0,7502% demonstra geração de valor frente ao benchmark, enquanto o ERRP de 5,8452 evidencia expressivo excesso de retorno relativo. O Tracking Error de 0,036405 foi o maior entre as subcarteiras, refletindo maior volatilidade do excesso de retorno e maior risco ativo, característica inerente às estratégias expostas à renda variável.

Por fim, a Carteira Consolidada apresentou rentabilidade de 1,08%, inferior ao benchmark de 1,34%. O IAR de 0,9974, ligeiramente abaixo de 1, indica desempenho marginalmente inferior ao índice de referência. A diferença de rentabilidade (ΔR) negativa de -0,2588% e o ERRP de -0,1936 confirmam que, no agregado, a carteira não conseguiu superar o benchmark no período analisado. Ainda assim, o Tracking Error de 0,003582 permaneceu reduzido, indicando baixo desvio em relação ao índice de referência e adequado controle do risco ativo.

De forma consolidada, observa-se que as Subcarteiras de Imunização, Liquidez e Estabilidade e Risco apresentaram desempenho superior aos respectivos benchmarks, contribuindo positivamente para o resultado individual das estratégias. Entretanto, a Carteira Consolidada permaneceu ligeiramente abaixo do benchmark no período, indicando que, apesar dos ganhos relativos observados nas subcarteiras, o desempenho agregado ainda não foi suficiente para superar integralmente o índice de referência consolidado.

Sustentabilidade - ESG

O monitoramento dos riscos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG ou ESG) fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025, que determina aos gestores de RPPS a consideração de fatores de sustentabilidade na análise e acompanhamento dos investimentos, observando aspectos materiais e relevantes relacionados a cada operação.

Apesar dos avanços regulatórios recentes, o mercado ainda se encontra em processo de consolidação de práticas e metodologias padronizadas para avaliação desses riscos. Nesse contexto, órgãos reguladores e de fiscalização, especialmente a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), vêm ampliando a exigência de transparência e divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade corporativa.

Com a atualização da Resolução CVM nº 193/2023 pela Resolução CVM nº 227/2025, foi estabelecida a obrigatoriedade de elaboração e divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, alinhado às diretrizes do International Sustainability Standards Board (ISSB) e às normas emitidas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS).

Nesse sentido, a partir de 01/01/2026, as companhias abertas passam a ter a obrigatoriedade de divulgação de relatórios financeiros de sustentabilidade, ampliando a disponibilidade de informações para análise dos riscos ESG pelos investidores institucionais. Entretanto, considerando o estágio de adaptação das empresas às novas exigências regulatórias, ainda se observa escassez de dados históricos e de informações padronizadas, o que limita, neste momento, uma análise comparativa mais robusta entre emissores. Paralelamente, o ambiente regulatório segue em evolução, com iniciativas voltadas à uniformização dos critérios de reporte e à ampliação da qualidade das informações divulgadas ao mercado.

Diante desse cenário, a Goiás Previdência (GOIASPREV) acompanhará continuamente a evolução normativa, os comunicados dos órgãos reguladores e os pronunciamentos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade, com o objetivo de incorporar gradualmente indicadores ESG ao processo de análise, monitoramento e gestão de riscos da carteira de investimentos.



Controle de Atividades

	Relatório de Investimentos	Observações
Enquadramento legal e à Política de Investimentos	Tabela 2 (pag. 12) Tabela 3 (pag. 13)	
Desenquadramentos e medidas corretivas		Não houve desenquadramentos
Risco de mercado (retorno, volatilidade, VaR, Tracking Error e Índice de Sharpe)	Tabela 12 (pag. 27) Tabela 13 (pag. 28)	
Risco de crédito (exposição e concentração)	Tabela 15 (pag. 29)	
Análise consolidada de riscos	Tabela 14 (pag. 28)	
Levantamento e monitoramento de custos	Tabela 6 (pag. 18)	
Avaliação do impacto dos custos	Tabela 6 (pag. 18)	
Credenciamento de Instituições Financeiras	Tabela 9 (pag. 24)	
Monitoramento contínuo de credenciados	Tabela 9 (pag. 24)	
Monitoramento dos fundos em exposição ao exterior		Não há aplicações em fundos estrangeiros
ESG na gestão de Investimento do RPPS	Página 31	

Goiás Previdência

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Gilvan Cândido da Silva

Presidente

Marcos Medeiros da Silva

Diretor de Gestão Integrada

Adriana Jesus Silva Batista

Gerente de Contabilidade

Antonio Francisco Craveiro Portela

Gerente de Investimento

Ricardo Mendes

Gestor de Finanças e Controle - CGE

Diretoria de Gestão de Ativos e Passivos

Leonardo Lúcio Barbosa Ferreira

Diretor

Liah de Deus Coutinho

Analista Administrativa

Gerência de Investimentos

Antonio Francisco Craveiro Portela

Gerente de Investimentos

Wanessa Bastos de Oliveira Carvalho

Assessora de Investimentos

Felipe da Silva

Analista de Investimentos

Paulo José Paiva Guimarães

Analista de Investimentos

Oliveira Gomes de Sousa Junior

Assistente de Investimentos



**Conheça a Política
de Investimentos**



Referência: Processo nº 202611129001777

Interessado: DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Parecer acerca do relatório de investimentos de Abril 2026

PARECER Nº 10/2026/GOIASPREV/CI-19523

PARECER TÉCNICO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS RELATIVO AO RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS (Abril/2026)

Elaboração: Diretoria de Gestão de Ativos e Passivos – Gerência de Investimentos

Apreciação: Comitê de Investimentos – GOIASPREV

1. Contextualização

O presente parecer tem por objetivo analisar a apresentação referente ao desempenho do Fundo Previdenciário do RPPS/GO no mês de Abril de 2026. O documento integra as rotinas de acompanhamento mensal do portfólio, conforme as diretrizes da Resolução CMN nº 5272/2025 e das práticas de governança estabelecidas pelo Pró-Gestão RPPS.

2. Panorama Econômico e Cenário Macroeconômico

O Boletim Focus e os principais indicadores econômicos referentes a abril de 2026 continuam sinalizando a elevação das expectativas inflacionárias, refletindo um ambiente de maior pressão sobre os preços e sucessivas revisões altistas das projeções ao longo do período. Outro ponto relevante é a revisão, por parte do mercado, da expectativa para a taxa Selic ao final de 2026, passando de 12,50% a.a. para 13,00% a.a., o que evidencia a manutenção de uma política monetária ainda restritiva e, consequentemente, a expectativa de um menor ritmo de cortes de juros por parte do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. Nesse cenário, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses encontra-se em 4,39%, permanecendo levemente abaixo do limite superior da meta de inflação (4,50%) e ainda distante do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), fixada em 3,50%. No resultado mensal, a inflação de abril de 2026 registrou variação de 0,67%, ficando ligeiramente abaixo da expectativa projetada pelo Boletim Focus para o período.

No mercado financeiro, a curva de juros futuros (DI) manteve elevada volatilidade ao longo do mês de abril de 2026. Contudo, observou-se movimento de fechamento das taxas ao longo dos vértices da curva, refletindo a melhora das expectativas em relação à redução das tensões geopolíticas envolvendo EUA e Irã, fator que contribuiu

para a diminuição das incertezas externas e para uma percepção mais favorável do cenário inflacionário. Adicionalmente, o mercado segue incorporando na estrutura a termo de juros a perspectiva de um processo de flexibilização monetária mais gradual, mantendo a precificação de um eventual ciclo de cortes da taxa Selic condicionado não apenas à trajetória da inflação doméstica, mas também à maior clareza quanto aos riscos externos e à consolidação das expectativas econômicas e fiscais.

A ata mais recente do Comitê de Política Monetária (Copom) reforça que o ambiente macroeconômico permanece marcado por elevado grau de incerteza, especialmente em razão dos conflitos geopolíticos no Oriente Médio e de seus potenciais impactos sobre as condições financeiras globais, cadeias de suprimento e preços de commodities. No cenário doméstico, apesar da trajetória de moderação da atividade econômica ao longo de 2026, o mercado de trabalho ainda apresenta resiliência, enquanto a inflação corrente e seus núcleos seguem acima da meta estabelecida. As expectativas de inflação permanecem desancoradas para os próximos anos, com projeções acima da meta tanto para 2026 quanto para 2027, o que mantém o balanço de riscos inflacionários significativamente pressionado. Nesse contexto, o Comitê destacou que os riscos para a inflação seguem elevados, tanto no cenário doméstico quanto externo, envolvendo fatores como persistência inflacionária nos serviços, impactos secundários sobre commodities energéticas, câmbio depreciado e incertezas fiscais. Diante desse cenário, o Copom avaliou que o processo de transmissão da política monetária contracionista já produziu sinais mais evidentes de desaceleração da atividade econômica, permitindo avanço no processo de calibração da política monetária. Assim, o Comitê decidiu promover nova redução de 0,25 ponto percentual na taxa Selic, fixando-a em 14,50% a.a., ressaltando, contudo, que os próximos movimentos permanecerão condicionados à evolução do cenário inflacionário, das expectativas econômicas e, sobretudo, à maior clareza quanto à extensão e aos efeitos dos conflitos geopolíticos sobre a economia global e doméstica. Adicionalmente, o Comitê reiterou que a condução da política monetária seguirá pautada pela serenidade, cautela e flexibilidade, diante do atual ambiente de elevada incerteza, preservando o compromisso com a convergência da inflação à meta ao longo do horizonte relevante.

3. Desempenho e Rentabilidade do Fundo Previdenciário

O Fundo Previdenciário apresentou expansão dos recursos administrados, alcançando R\$ 883.903.735,61 em abril de 2026, o que representa crescimento de 11,08% em relação ao fechamento de janeiro de 2026. O portfólio mantém-se plenamente enquadrado nos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025, demonstrando aderência aos critérios prudenciais de diversificação e concentração por emissor.

Para o mês de abril de 2026, o Fundo Previdenciário obteve rentabilidade mensal de 1,08%, ficando abaixo da meta atuarial mensal de 1,11%, o que equivale a 97,29% da meta mensal. Em comparação ao CDI de abril de 2026 (1,09%), atingiu uma rentabilidade de 99,08%. No acumulado do ano, a rentabilidade atingiu 4,45%, frente à meta atuarial anual de 4,43%, representando 100,45% da meta alcançada. Em relação ao CDI acumulado no ano (4,54%), o desempenho foi de 98,02%.

Tais resultados refletem a eficiência da política de alocação, sendo impulsionados, principalmente, pelas posições em fundos atrelados a títulos prefixados e por fundos indexados ao CDI.

4. Conclusão e Encaminhamento

Diante do exposto, conclui-se que:

1. O relatório apresenta resultados aderentes à Política de Investimentos vigente;

2. O portfólio encontra-se regularmente enquadrado nos parâmetros legais, normativos e com a Política de Investimentos vigente em 2026;
3. As práticas de governança, controle e acompanhamento da gestão estão em conformidade com o Pró-Gestão RPPS e a Resolução CMN nº 5.272/2025;
4. O Comitê aprova o Relatório de Investimentos referente a Abril de 2026.
5. Encaminha-se à DIREX para deliberações posteriores.

GOIÂNIA, 22 de maio de 2026.

Gilvan Cândido da Silva
Presidente do Comitê

Antonio Francisco Craveiro Portela
Membro do Comitê

Marcos Medeiros da Silva
Membro do Comitê



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO FRANCISCO CRAVEIRO PORTELA, Gerente**, em 29/05/2026, às 11:36, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS MEDEIROS DA SILVA, Diretor**, em 03/06/2026, às 16:39, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA JESUS SILVA BATISTA, Assessor (a)**, em 10/06/2026, às 16:16, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **90714462** e o código CRC **E511D49B**.



Referência: Processo nº 202611129001777



SEI 90714462